



MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

# Interrompendo o desmatamento?

## O REDD+ e a proteção à indústria dos combustíveis fósseis e da conservação



Povos indígenas discutindo os impactos das políticas climáticas em seus territórios  
Xapuri (Acre, Brasil), Maio 2017. Ph: Gerhard Dilger (FRL)

Uma compilação de artigos do Boletim do  
Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, por  
ocasião da Cúpula Global de Ação Climática, a ser realizada  
entre 12 e 14 de setembro, na Califórnia, Estados Unidos

Setembro 2018

# Interrompendo o desmatamento? O REDD+ e a proteção à indústria dos combustíveis fósseis e da conservação

Uma compilação de artigos do Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, por ocasião da Cúpula Global de Ação Climática, a ser realizada entre 12 e 14 de setembro, na Califórnia, Estados Unidos

Setembro 2018



# Índice

<b>1. Introdução</b> .....	6
----------------------------	---

<b>2. Compilação de artigos do Boletim do WRM</b> .....	11
---	----

<b>De projetos de REDD+ para “REDD+ jurisdicional”: mais notícias ruins para o clima e as comunidades</b> .....	11
---	----

Do Boletim 231 do WRM, junho de 2017

O REDD+ tem sido transformado de projetos pontuais em programas que cobrem regiões ou províncias inteiras dentro de um país, para acabar cobrindo países inteiros. Esses novos tipos de iniciativas de REDD+ costumam ser chamados de “REDD jurisdicional”. Os impactos para as comunidades que dependem das florestas continuam basicamente os mesmos: elas são as primeiras a enfrentar restrições às práticas tradicionais de uso das florestas, e as últimas a receber as compensações ou os “benefícios” significativos que o REDD+ deveria gerar para elas. Este artigo analisa o que está motivando essa mudança de projetos de REDD+ para REDD+ “jurisdicional”.

<b>A menção ao REDD+ no Acordo de Paris garante a continuação do financiamento para a indústria de conservação, enquanto o desmatamento em grande escala avança sem encontrar obstáculos</b> .....	16
--	----

Do Boletim 228 do WRM, janeiro de 2017

Despite the dismal track-record of REDD+ over the past 10 years, corporate and institutional investors such as the Green Climate Fund or the governments of Norway and Germany, together with their partners from the conservation industry, keep announcing new REDD+ initiatives. Growing evidence, however, shows that if the goal is reducing forest loss and tackling the root causes of climate change, continued funding for REDD+ is counterproductive. REDD+ above all allows actors within the development and conservation industry continued access to financial resources.

<b>REDD e direitos: o bom, o mau e o feio</b> .....	20
---	----

Do Boletim 234 do WRM, novembro de 2017

The proposal to include forests in the UN climate negotiations is now 10 years old. Since then, the issue of human rights and the rights of indigenous peoples, women, local communities, and others, has been an interplay of actors, scripts, stages, casts and comedies. When the concept of rights is part of climate negotiations, it prioritizes benefiting the free market, meanwhile nullifying the cultural and political contexts of the villages and peoples where these kinds of projects or programs are carried out.

<b>Projeto Envira REDD+, no Acre, Brasil: certificadoras de carbono atribuem Nível Ouro a promessas vazias</b> .....	24
--	----

Do Boletim 237 de WRM, abril de 2018

Este é um dos três empreendimentos de REDD+ que a empresa estadunidense CarbonCo LLC está desenvolvendo no estado brasileiro do Acre. Uma comunidade de seringueiros,

dentro de um projeto de REDD+ de 40 mil hectares, enfrenta uma difícil luta pelo direito à terra. O projeto, baseado em títulos de terras questionáveis, já vendeu créditos de carbono, mas, até agora, os únicos benefícios à comunidade foram kits de higiene bucal e uma consulta com o dentista.

### **Alerta de REDD! Como os projetos de REDD+ prejudicam a agricultura camponesa e as verdadeiras soluções para as mudanças climáticas** ..... 28

Do Boletim 219 do WRM, outubro de 2015

A agricultura é cada vez mais discutida em fóruns de alto escalão sobre a mudança climática, os quais promovem diferentes programas que – dizem – irão ajudar os agricultores a se adaptar às mudanças e reduzir as emissões de gases do efeito estufa na agricultura. Um desses programas é chamado de REDD+. O REDD+, contudo, reforça o sistema alimentar empresarial que é o grande responsável pela mudança climática, rouba os territórios de muitas comunidades e povos da floresta, e prejudica os sistemas alimentares e agrícolas de camponeses e povos indígenas que poderiam realmente esfriar o planeta.

### **Qual é a maior contradição do REDD+?** ..... 34

Do Boletim 208 do WRM, novembro de 2014

Já são anos de tentativas por parte de bancos, empresas, governos e ONGs para mostrar ao mundo que o REDD+ é um bom mecanismo de combate às mudanças climáticas. No entanto, o WRM vem buscando aprender mais sobre o REDD+ e, principalmente, sobre os projetos já implantados, e o que vemos é um mecanismo cada vez mais fracassado e com muitas contradições. Este artigo analisa algumas das mais graves contradições do mecanismo do REDD+.

### **O mito do REDD+: Manejo Florestal Sustentável** ..... 37

Do Boletim 207 do WRM, outubro de 2014

As negociações da ONU sobre a mudança climática incluíram o conceito de “Manejo Florestal Sustentável” (MFS) nos acordos de 2010. O MFS é uma das partes “+” (mais) do REDD, e é promovido como uma forma de obter redução das emissões. Isso é um mito. A realidade é que o MFS permite que a exploração madeireira destrutiva e, muitas vezes, ilegal, continue impunemente.

## **3. Resistência contra as propostas que permitem compensações florestais internacionais no mercado de carbono da Califórnia: alguns exemplos** ..... 41

- Declaração de Sena Madureira (junho de 2018) ..... 41

- Povos Indígenas do Acre declaram sua rejeição às políticas de REDD e seu apoio ao CIMI ..... 45

- Moção de repúdio e solidariedade frente a ameaças às lideranças no Acre (agosto de 2017) ..... 46

- Declaração de Xapuri (Acre, maio de 2017) ..... 50

- Brasil: Carta Pública do Acre/Brasil denuncia “consulta” sobre REDD+ na Califórnia ..... 54

## **4. Leituras adicionais** ..... 57



# 1. Introdução

Mais de 30 anos atrás, durante o Congresso Florestal Mundial da FAO, em 1985, o Plano de Ação para a Silvicultura Tropical (TFAP, na sigla em inglês) foi adotado como novo marco internacional para enfrentar o problema do desmatamento. Representantes de agências doadoras bilaterais e multilaterais, apoiados por algumas ONGs internacionais, também aceitaram o TFAP (depois rebatizado de Programa de Ação para as Florestas Tropicais) como marco para suas atividades e seu financiamento relacionado a florestas tropicais. (1)

O Banco Mundial preparou o caminho para o TFAP com projetos-piloto e programas de investimento. Ao longo de dez anos, mais de 100 países participaram dos processos do TFAP, coordenados pela FAO, em parceria com o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o World Resources Institute (WRI). Ministérios de países do Sul global prepararam planos nacionais para enfrentar a crise do desmatamento em relação a áreas específicas que o TFAP identificou como “críticas”. Tudo isso estava relacionado à promoção de um formato neoliberal para as instituições de Estado, assim como um uso segregado da terra que promovesse, de um lado, as monoculturas industriais de árvores e as indústrias de exportação e processamento relacionadas a elas e, de outro, áreas florestais protegidas, de tal forma que privassem as comunidades locais de acesso à floresta (“parques sem pessoas”). Enquanto a crise florestal continuava e o desmatamento aumentava, a maioria das iniciativas do TFAP entrou em colapso em 1995 – embora muitos dos impactos negativos para as comunidades florestais tenham se mantido por muito mais tempo.

Desde 2005, verbas do Banco Mundial e da FAO (além de PNUD e WRI, alguns doadores de países industrializados e ONGs internacionais de conservação) têm impulsionado novas iniciativas-piloto, políticas nacionais e esquemas de investimento em países com florestas tropicais no Sul global. Mais uma vez, a meta declarada é enfrentar a crise do desmatamento. O objetivo de “desenvolvimento” do TFAP foi substituído por outro: enfrentar a crise climática através da redução das emissões resultantes da destruição florestal. Desta vez, o “plano” foi chamado de REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal). (2)

Os defensores do REDD+ culpam, em grande parte, a pequena agricultura camponesa e o uso que os povos indígenas fazem das florestas pelo desmatamento, enquanto trabalham em parceria com os reais responsáveis pelo desmatamento em grande escala. Ao mesmo tempo, esses atores corporativos perdem o interesse pelo REDD+ no momento em que isso exigiria grandes mudanças em seu modelo de negócios.

## **Do TFAP ao REDD+ Jurisdicional: mantendo intactas as estruturas de poder**

O esquema do REDD+ está agora sendo transformado no chamado “REDD+ Jurisdicional” ou, às vezes, chamado de “REDD+ de paisagem”. A mudança se baseia principalmente na ideia de contabilizar as reduções de emissões não a partir de projetos específicos, e sim de toda uma jurisdição estadual ou provincial, com vistas a cobrir gradualmente países inteiros.

No REDD+ Jurisdicional, “paisagens” inteiras são encaixadas nos balanços de carbono de quem faz a contabilidade dos gases do efeito estufa. O complexo problema do desmatamento é reduzido a exercícios técnicos de avaliações e mapeamentos de carbono (mostrando onde estão as florestas com maior quantidade de carbono armazenado nas árvores, usando, em grande parte, tecnologias de satélite). No entanto, o desmatamento é fundamentalmente um problema político, mas isso é ignorado quando esses exercícios de contabilidade e mapeamento constroem sua narrativa acerca de quais seriam o problema e as soluções necessárias para lidar com a crise florestal e climática. O foco do REDD+ (assim como do REDD+ Jurisdicional) na medição e no monitoramento de carbono desviou a atenção das causas diretas e subjacentes do desmatamento: violação dos territórios dos povos da floresta e do uso consuetudinário da terra, agricultura industrial e plantações de monoculturas de árvores (erroneamente chamadas “florestas” pela FAO), pecuária, exploração comercial de madeira, extração de minérios, gás e petróleo, infraestrutura de grande porte e o modelo de desenvolvimento associado a isso tudo, que depende de um consumo cada vez maior.

## **Mercado de carbono da Califórnia: uma licença “verde” para as indústrias de petróleo e gás**

O estado da Califórnia, nos EUA, tem procurado integrar outras jurisdições em seu programa estadual de mercado de carbono, agora estendido até 2030. A primeira coisa a observar sobre as metas de redução de emissões da Califórnia é que elas são extremamente baixas. E essas metas baixas são ainda mais prejudicadas pelo uso do mercado de carbono. Entre vários presentes recebidos, as empresas podem “compensar” o excesso de poluição sem reduzir emissões em nível local. Como resultado, os poluidores podem continuar poluindo enquanto as comunidades vulneráveis afetadas por suas operações continuam sofrendo impactos cada vez mais graves. É importante lembrar que os principais poluidores da Califórnia – refinarias e usinas de energia – estão concentrados em comunidades de pessoas não brancas e de baixa renda.

O mercado de carbono da Califórnia também impede que os distritos locais de controle da poluição do ar (air districts) aprovem regulamentações sobre as fontes de poluição incluídas nele. (3) Não surpreende que a indústria de combustíveis fósseis e outras tenham gasto milhões de dólares em lobby para influenciar as leis da Califórnia. (4) O governador do estado, Jerry Brown, tem íntimas ligações com a indústria do petróleo. Durante o governo dele, foram emitidas mais de 20.000 licenças para novas perfurações, e há informações de que 26 empresas de energia,

incluindo a Chevron e a Occidental, doaram 9,8 milhões de dólares a campanhas, causas e iniciativas de Jerry Brown e ao Partido Democrata da Califórnia desde ele concorreu a governador. (5)

Além disso, o mercado de carbono da Califórnia mantém a porta aberta a créditos internacionais de carbono florestal.

## **A Força-Tarefa de Governadores para o Clima e as Florestas**

Durante as negociações climáticas da ONU em 2008, foi lançada a Força-Tarefa de Governadores para o Clima e as Florestas (GCT). Com o objetivo de criar um mecanismo de cooperação entre as jurisdições subnacionais, a GCT busca integrar o REDD+ aos regimes obrigatórios do mercado regional de carbono nos Estados Unidos, como o da Califórnia. É composta por membros de 35 estados e províncias de Brasil, Colômbia, Indonésia, Costa do Marfim, México, Nigéria, Peru, Espanha e Estados Unidos.

Em 2010, o governo do Acre no Brasil criou o Sistema de Incentivos aos Serviços Ambientais (SISA), com o objetivo de promover a manutenção e a ampliação da “oferta de serviços e produtos ecossistêmicos” no seu estado. É considerado o mais avançado programa de REDD+ Jurisdicional do mundo. Enquanto o governo do Acre tenta associar, de forma enganosa, a imagem de Chico Mendes, líder seringueiro conhecido internacionalmente, ao seu programa REDD+, as comunidades do Acre continuam honrando as ideias dele. Há 30 anos, em dezembro de 1988, Chico Mendes era assassinado na cidade de Xapuri por defender os direitos dos seringueiros à floresta.

Quase em paralelo, em 2009, o estado mexicano de Chiapas começou a desenvolver o Programa de Ação para Mudanças Climáticas, priorizando a implementação do REDD+ Jurisdicional. O estado já vinha implementando programas de REDD+ na Selva Lacandona, um território onde vivem comunidades indígenas. A região também tem uma longa história de conflitos e lutas sociais, incluindo o conhecido movimento zapatista, que continua lutando por autonomia e autodeterminação.

Em 2010, os governos estaduais da Califórnia, do Acre e de Chiapas assinaram um Memorando de Entendimento sobre Cooperação Ambiental, com o objetivo de criar um sistema de créditos de carbono para REDD+ entre as três jurisdições. O sistema canalizaria o financiamento para REDD+ ao Acre e a Chiapas, em troca de créditos de compensação para poluidores no estado da Califórnia, (6) onde os créditos do REDD+ permitiriam que a poluição continuasse.

Até agora, a Força-Tarefa de Governadores para o Clima e as Florestas (GCT) não foi além de discussões, conferências e relatórios de consultoria. No entanto, esse processo pode avançar durante a Cúpula Global do Clima, a ser realizada em São Francisco, em setembro de 2018, uma vez que a reunião anual da GCT está programada para ocorrer pouco antes. (7) Eles planejam lançar um relatório sobre o estado dos “experimentos” de REDD+ jurisdicional em todo o mundo (8).

## Considerações finais

É provável que os resultados de programas REDD+ de Paisagem ou Jurisdicional não sejam muito diferentes dos projetos de TFAP. A abordagem continua sendo de cima para baixo e condescendente para com as comunidades dependentes de florestas, e visa a colaboração com os setores de agronegócio e da indústria de madeira, assim como o fracassado TFAP da FAO e do Banco Mundial. A agricultura industrial e a indústria madeireira, os megaprojetos de infraestrutura, a mineração, o petróleo e as hidrelétricas continuarão gerando desmatamento em grande escala e as emissões relacionadas a ele, e, no processo, causarão muitos danos a comunidades de pequenos agricultores e às que dependem da floresta. E para piorar as coisas, a narrativa do REDD+ responsabiliza falsamente comunidades que têm sido guardiãs das florestas durante gerações pela destruição dessas florestas.

Em maio de 2017, moradores da floresta, seringueiros e diferentes povos indígenas se reuniram em Xapuri e declararam: “Expressamos nossa indignação com as falsas soluções, que legitimam a continuidade e a expansão de um modelo social e ambientalmente destrutivo. Rejeitamos as iniciativas voltadas para compensar a poluição. Não aceitamos os mecanismos baseados em restrições aos nossos modos de vida, e manifestamos solidariedade em relação às populações que vivem nas áreas contaminadas pelas empresas que buscam compensação. Somos solidários e estamos juntos das pessoas de outros países que vivem nas áreas impactadas pela poluição gerada por empresas destrutivas. Ninguém deve viver em áreas envenenadas, é hora de pôr fim a todo tipo de racismo, incluindo o ambiental” (9) Da mesma forma, Marcus Franklin, da Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor, disse na divulgação de um relatório que explica muitos dos impactos sofridos por comunidades de cor que vivem perto de instalações de petróleo e gás nos Estados Unidos, que a exposição a poluentes está ligada a questões sistêmicas mais profundas de opressão e pobreza, acrescentando que “é hora de construir um futuro energético que não seja explorador e não lucre com atos do racismo ambiental”. (10)

(1) Leia mais: Plano de Ação para a Silvicultura Tropical +30: a FAO e o Banco Mundial estão no centro de mais falsas soluções para a crise florestal: [REDD e Agricultura Climaticamente Inteligente, Boletim 212 do WRM, março de 2015.](#)

(2) Leia mais sobre o REDD: <https://wrm.org.uy/pt/mercantilizacao-da-natureza/redd-3/>

(3) REDD-Monitor, Governor Brown: If you care about climate change, stop drilling for oil. REDD is a dangerous distraction, agosto de 2018, <http://www.redd-monitor.org/2018/08/24/governor-brown-if-you-care-about-climate-change-stop-drilling-for-oil-redd-is-a-dangerous-distraction/#more-30322>

(4) <https://www.eenews.net/stories/1060057923>

(5) Consumer Watchdog, 2016, Brown's Dirty Hands, <http://www.consumerwatchdog.org/newsrelease/report-finds-big-energy-companies-gave-big-and-got-big-favors-governor-brown-dollars-and>

(6) Amigos da Terra Internacional, REDD+, o mercado de carbono e a cooperação Califórnia-Acre-Chiapas: Legalizando os mecanismos de despossessão, junho de 2017, [https://www.foei.org/wp-content/uploads/2018/01/REDD\\_The-carbon-market-and-the-California-Acre-Chiapas-cooperation.pdf](https://www.foei.org/wp-content/uploads/2018/01/REDD_The-carbon-market-and-the-California-Acre-Chiapas-cooperation.pdf)

(7) <https://gcftf.org/events-library/2018/9/10/gcf-task-force-annual-meeting-2018>

(8) Veja uma prévia aqui: <https://earthinnovation.org/state-of-jurisdictional-sustainability/>

(9) [Declaração de Xapuri, 2017](#)

(10) NAACP, Fumes Across the Fence Lines, novembro de 2017, <http://catf.us/resources/publications/files/FumesAcrossTheFenceLine.pdf>



Feijo, Acre, Brasil (2017)

## 2. Compilação de artigos do Boletim do WRM

### De projetos de REDD+ para “REDD+ jurisdicional”: mais notícias ruins para o clima e as comunidades

[Do Boletim 231 do WRM, junho de 2017](#)

**Os projetos de REDD+ estão deixando de ser individuais e se tornando “jurisdicionais”, o que pode levar a projetos privados fracassados ou a um alto risco de que alegações enganosas sobre redução sejam contadas duas vezes – pelo comprador do crédito de REDD+ e pela jurisdição envolvida em um programa de “REDD+ jurisdicional”.**

Para muitas pessoas, os projetos de REDD+ pretendem salvar florestas. Na realidade, no entanto, o REDD+ nunca teve a ver com a proteção de florestas. E também, o REDD+ não é mais exatamente sobre projetos, mas sim sobre programas que abrangem regiões ou províncias inteiras dentro de um país, embora muitos projetos específicos continuem existindo e causando danos a povos indígenas e comunidades que dependem de florestas ao restringir suas práticas tradicionais de uso da floresta. (1)

A ideia do REDD+ tem suas raízes nas negociações climáticas da ONU. O mecanismo foi negociado como uma ferramenta que permitiria a empresas e países industrializados continuar queimando petróleo, carvão e gás natural enquanto afirmavam que as emissões causadas não prejudicam o clima. Segundo seus defensores, o REDD+ proporcionaria uma compensação barata pela liberação dessas emissões na atmosfera e geraria dinheiro para financiar a proteção das florestas. As empresas dos países industrializados poderiam queimar carbono fóssil em seus próprios países (ou seja, o carbono armazenado no subsolo por milhões de anos) e pagar alguém em um país de floresta tropical para, em troca, manter algumas árvores em pé como se fosse uma reserva de carbono (2)

A verdade é que o dinheiro, por si só, não detém o desmatamento, que o REDD+ não está servindo para enfrentar as causas reais do desmatamento em grande escala e que o dinheiro do setor privado não está vindo de forma alguma. Os defensores do REDD+, que o anunciaram como uma solução com três vantagens (compensação barata pela queima de combustível fóssil, mais dinheiro para conservar florestas e apoiar comunidades que vivem dentro e fora delas, e contribuição para a proteção climática que pode ser feita imediatamente, enquanto se desenvolve tecnologia para não mais usar combustíveis fósseis), também tiveram

que reconhecer, contra a sua vontade, que conter o desmatamento não é rápido, fácil nem barato. Faltam provas convincentes de que o REDD+ tenha tido qualquer impacto sobre o desmatamento, apesar das afirmações em contrário.

Outra motivação por trás do REDD+ é a intenção dos países industrializados de evitar pagar a conta pela proteção das florestas tropicais, embora continue havendo uma chamada dívida de “desenvolvimento”. Esses países estão fazendo isso transformando cada vez mais os subsídios da “ajuda ao desenvolvimento” em empréstimos e parcerias público-privadas nos quais o papel principal do dinheiro público é amortecer o risco para os investimentos de capital privado nos chamados países em desenvolvimento. (3) Dois relatórios encomendados pelo governo do Reino Unido – o Stern, de 2006, e o Eliasch, de 2008 – ajudaram os governos a afirmar que “o capital privado é necessário para salvar florestas tropicais porque o dinheiro público não será suficiente” para cobrir o suposto custo de reduzir o desmatamento. Esses dois relatórios estabeleceram a alegação infundada de que reduzir as emissões do desmatamento é algo barato, rápido e fácil.

Para organizações internacionais de conservação das florestas e o Banco Mundial, o REDD+ também é uma ferramenta para expandir seu modelo de conservação florestal de “parques sem pessoas” e garante financiamento empresarial e público para os projetos de conservação e os orçamentos dessas organizações. ONGs e consultores de conservação com sede em países industrializados provavelmente receberam a maior parte do dinheiro público gasto no REDD+ nos últimos dez anos. Embora esses grupos reivindicem que estão promovendo projetos de “REDD+ participativos” e “REDD+ comunitário”, a ideia do REDD+ não se originou das comunidades, nem é adequada para fazer frente às necessidades e ameaças enfrentadas pelas comunidades que dependem da floresta, como a experiência demonstrou claramente nos últimos dez anos. (4) Os críticos do REDD+, incluindo o WRM, discutiram muitas vezes essas visões equivocadas e motivações ocultas por trás do mecanismo.

Ainda não se têm tantos estudos sobre a mudança no REDD+, que está deixando de ter a forma de projetos específicos porque está se transformando em programas que abrangem regiões ou províncias inteiras em um mesmo país. Espera-se que esses novos tipos de iniciativas de REDD+ abranjam países inteiros. Muitas vezes, elas são chamadas de “REDD+ jurisdicional” porque serão implementadas não apenas na terra atribuída a projetos específicos, mas em toda uma jurisdição, como um departamento, uma província, um estado ou um país. Este artigo analisa o que está motivando essa transformação dos projetos em “REDD+” jurisdicional.

### **O que é “REDD+ jurisdicional”?**

Como o REDD+ está vinculado às negociações climáticas da ONU, são elas também que determinam a forma que ele irá assumir. As iniciativas de REDD+ que querem vender seus créditos ao mercado de carbono da ONU precisarão cumprir as regras do acordo climático da organização. Na realidade, programas-piloto, como o Fundo de Parceria para o Carbono Florestal, do Banco Mundial, e projetos de REDD+ do setor privado que já vendem créditos a empresas no chamado mercado voluntário

de carbono também têm uma grande influência sobre essas regras. Lobistas do Banco Mundial e ONGs de conservação participam das reuniões climáticas da ONU e se reúnem com membros de governos que decidem sobre as regras da ONU para o REDD+.

A partir de 2005, o Banco Mundial, grupos internacionais de conservação e empresas privadas começaram a implementar projetos de REDD+ que seriam compatíveis com um sistema semelhante ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto: projetos específicos ou grupos de projetos em países do Sul global que não têm metas obrigatórias para redução de emissões venderiam créditos de carbono a empresas e países industrializados que possuísem limites obrigatórios. Mas o Acordo de Paris de 2015, da ONU, revelou-se muito diferente do Protocolo de Quioto (veja, também, o Boletim 228 do WRM, de janeiro de 2017). Nos termos do Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas, todos os países têm metas de emissão voluntárias e apresentarão o seu balanço nacional de gases do efeito estufa na convenção climática da ONU. Esses balanços mostrarão até que ponto cada país avançou em atingir a meta que definiu para si. Nenhuma dessas metas do Acordo de Paris é obrigatória. (5)

Mas, para funcionar, os mercados de carbono precisam de metas obrigatórias ou algum tipo de pressão que limite as emissões. O pressuposto de que o REDD+ poderia atrair financiamento do setor privado se os projetos pudessem vender créditos em um mercado global de carbono não funcionará mais. Os limites criam a demanda e, portanto, sem limites obrigatórios, não haverá demanda por créditos de REDD+ de um mercado de carbono da ONU.

Além disso, a maioria dos países com florestas tropicais no Sul global incluiu reduções das emissões geradas pelo desmatamento em seus compromissos nacionais dentro do Acordo de Paris. Dessa forma, eles terão que calcular o número de emissões de gases de efeito estufa que estão ocorrendo em seu país e apresentar esses números em um balanço nacional. A maioria dos países tropicais decidiu incluir as emissões resultantes do desmatamento e da degradação florestal nessa contabilidade nacional. E eles terão que apresentar suas “contas de carbono” nacionais à ONU para demonstrar seu avanço em direção ao objetivo de redução que estabeleceram (na linguagem climática da ONU, esses objetivos são chamados de contribuições determinadas em nível nacional – NDCs, na sigla em inglês).

A partir de 2020, quando o Acordo de Paris entrar em vigor, cada crédito de carbono vendido por um projeto de REDD localizado em um país que também inclua (carbono armazenado em) florestas em seu balanço nacional terá que ser deduzido do balanço nacional. Se o crédito vendido pelo projeto não for deduzido do balanço nacional, acontecerá o que, na linguagem climática da ONU, é chamado de “contabilização dupla”, porque o comprador do crédito de carbono também alegará uma redução em seu próprio balanço – afinal de contas, foi por essa razão que ele comprou o crédito de REDD+. Isso significa que as emissões ficarão mais baixas no papel do que na realidade, o que, por sua vez, aumentará o risco de mudanças climáticas perigosas.

A contabilização dupla terá muitas probabilidades de acontecer dentro do Acordo de Paris se os projetos privados de REDD+ continuarem a vender créditos

de carbono. (6) Até um relatório da Gold Standard, uma empresa que certifica créditos de carbono, alertou recentemente sobre esse risco. (7) A confusão criada pela continuação da venda de créditos de carbono de REDD+ por projetos privados nessas circunstâncias já pode ser vista no estado brasileiro do Acre. Ali, o governo alemão está financiando um programa de “REDD+ jurisdicional” chamado “REDD Early Movers”. (8)

O programa do governo alemão pagou um total de 25 milhões de euros entre 2012 e 2016 para que o governo do Acre apresentasse documentos mostrando que as emissões geradas pelo desmatamento ficaram abaixo de um nível acordado no contrato de REDD entre os dois governos. Esse nível foi muito generoso, e não exigiu reduções de emissões além das já alcançadas em anos anteriores, porque o cálculo incluiu os anos de desmatamento elevado de 2003 a 2005. As medidas de aplicação da lei pelo Estado brasileiro já haviam levado a uma redução acentuada dos índices de desmatamento nos anos seguintes. Pode-se argumentar que o governo alemão estava pagando o Acre pelas reduções de emissões alcançadas no passado através de medidas diferentes do REDD+ ou que a Alemanha pagava o estado para manter o estoque de carbono florestal, um conceito que havia sido rejeitado como inaplicável durante os primeiros anos das negociações da ONU sobre REDD+.

O estado do Acre pode usar o dinheiro para qualquer atividade que considere necessária para reduzir o desmatamento. Um olhar mais atento sobre onde o governo estadual decidiu gastar o dinheiro revela, entre outras coisas, que muito foi gasto em relatórios e estudos de consultoria e muito pouco chegou às comunidades, o que é semelhante a muitos dos problemas ocorridos com o REDD+ amplamente documentados em outros lugares.

### **O que o REDD Early Movers no Acre nos diz sobre o “REDD jurisdicional”?**

Observando o programa “REDD Early Movers”, também se identificam as contradições que surgem quando os programas de “REDD jurisdicional” tentam integrar projetos de REDD+ do setor privado que já estão vendendo créditos no mercado voluntário de carbono. No Acre, existem pelo menos três desses projetos de REDD+: Purus, Valparaíso e Envira. O balanço de carbono elaborado pelo governo do estado para o programa “REDD Early Movers”, conjunto com a Alemanha, deduz 10% das reduções de emissões do estado do balanço para responder pelos créditos de carbono vendidos por esses três projetos. O projeto Purus, por exemplo, vendeu créditos à FIFA para compensar parte das emissões da Copa do Mundo de Futebol de 2014. A soma dos números, no entanto, mostra que esses três projetos estão reivindicando muito mais do que os 10% deduzidos no balanço de carbono do estado. Isso significa que é possível, se não provável, que algumas reduções (se é que elas sequer aconteceram) estejam sendo contadas duas vezes: pelo projeto privado de REDD+ que está vendendo os créditos de carbono, como no caso da FIFA, e pelo estado do Acre em seu balanço de carbono. A partir de 2020, esse risco surgirá em muitos outros países. É particularmente provável que essas situações ocorram em países como Peru, Quênia ou República Democrática do Congo (RDC) (9), com vários ou grandes projetos privados de REDD+ já vendendo créditos de carbono

e onde as empresas que executam esses projetos estão envolvidas na elaboração de programas de “REDD+ jurisdicional”.

Como mostra o exemplo do Acre, os impactos dos programas de “REDD jurisdicional” sobre as comunidades podem muito bem ser os mesmos causados por projetos individuais de REDD+: fazer com que elas sejam as primeiras a enfrentar restrições às práticas tradicionais de uso florestal e as últimas a receber as compensações ou os “benefícios” significativos que o REDD+ supostamente geraria para comunidades que dependem da floresta.

**Jutta Kill**, jutta [at] wrm.org.uy

Membro do Secretariado Internacional do WRM

- (1) REDD significa Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal. Veja a publicação Coleção de conflitos, contradições e mentiras do REDD+, do WRM, para exemplos de várias maneiras pelas quais os projetos de REDD+ são prejudiciais às comunidades que dependem da floresta.
- (2) Veja “What do forests have to do with climate change, carbon markets and REDD?”, <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/o-que-as-florestas-tem-a-ver-com-a-mudanca-climatica-os-mercados-de-carbono-e-o-redd/>
- (3) Veja, também, o livro Licensed Larceny, de Nick Hildyard. <http://www.thecornerhouse.org.uk/resource/licensed-larceny>
- (4) How REDD projects undermine peasant farming ltura. Relatório de GRAIN e WRM. <https://www.grain.org/article/entries/5322-how-redd-projects-undermine-peasant-farming-and-real-solutions-to-climate-change>
- (5) Também pode ser importante observar que o total dessas reduções com as quais os países se comprometeram é muito baixo para evitar aumentos de temperatura globais de menos de 2oC: Estados Unidos, União Europeia, China e Índia já ocupariam todo o chamado orçamento de carbono do carbono fóssil que ainda pode ser liberado até 2050 para garantir uma possibilidade de 50% de que as temperaturas aumentem não mais de 2 graus. Além disso, boa parte das emissões da China resulta da produção de mercadorias exportadas para os EUA e UE. [http://www.globalcarbonproject.org/carbonbudget/16/files/GCP\\_CarbonBudget\\_2016.pdf](http://www.globalcarbonproject.org/carbonbudget/16/files/GCP_CarbonBudget_2016.pdf)
- (6) Who takes the credit? Relatório da FERN e Third World Network. <http://www.fern.org/whotakesthecredit>
- (7) A New Paradigm for Voluntary Climate Action: Reduce Within, Finance Beyond. Relatório da Gold Standard. <https://www.goldstandard.org/blog-item/new-paradigm-voluntary-climate-action-%E2%80%98reduce-within-finance-beyond%E2%80%99>
- (8) Economia Verde, Povos das Florestas e Territórios: violações de direitos no estado do Acre. Plataforma Dhesca Brasil. <http://www.plataformadh.org.br/2015/09/22/2015-economia-verde-povos-das-florestas-e-territorios-violacoes-de-direitos-no-estado-do-acre/>
- (9) Rainforest Foundation UK: Logging in Congo’s rainforests: A ‘carbon bomb’ about to be primed by the Government of Norway? <http://www.rainforestfoundationuk.org/media.ashx/drc-carbon-bomb-briefing-2017.pdf>

[Leia este artigo online](#)

[Índice](#)

## **A menção ao REDD+ no Acordo de Paris garante a continuação do financiamento para a indústria de conservação, enquanto o desmatamento em grande escala avança sem encontrar obstáculos**

[Do Boletim 228 do WRM, janeiro de 2017](#)

**Os dirigentes do Banco Europeu de Investimento, do Fundo Verde para o Clima ou dos governos da Noruega e da Alemanha, além de outros financiadores, continuam ignorando as evidências cada vez maiores de que continuar financiando o REDD+ é contraproducente para reduzir a perda de florestas e combater as causas das mudanças climáticas, e que o mecanismo, acima de tudo, permite que os atores da indústria de desenvolvimento e conservação continuem tendo acesso a recursos financeiros.**

Grupos da “indústria da conservação” – como The Nature Conservancy, WWF, Conservation International, consultores e auditores de projetos de REDD+, além de financiadores como o Banco Mundial, celebraram o reconhecimento formal do REDD+ no Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas, em dezembro de 2015. Há quase uma década, eles fazem lobby pela inclusão do REDD+ nos mercados globais de carbono estabelecidos pelo Protocolo de Quioto, da ONU. No entanto, para as comunidades afetadas por projetos e programas de REDD+, as notícias não têm dado motivos para comemoração. Diante do assédio, da insegurança em relação à posse e das restrições ao uso tradicional da floresta, os povos da floresta e usuários tradicionais foram os mais atingidos pelo experimento do REDD+, no qual a indústria da conservação embolsou centenas de milhões de dólares, se não bilhões, pela promessa não cumprida de transformar o REDD+ em uma ferramenta eficiente de conservação florestal que conteria o desmatamento.

Na realidade, o REDD+ não visa proteger florestas nem reduzir o desmatamento, e sim permitir que grandes empresas e países industrializados continuem queimando carbono fóssil. O REDD+ escolhe falsamente a pequena agricultura e o cultivo itinerante como causa principal da destruição das florestas tropicais. Talvez não seja surpresa que dez anos de experimentos da indústria de conservação com o REDD+ tenham resultado em aumento da perda de florestas em várias áreas onde esses projetos foram implementados – o programa REDD-Early Movers no estado brasileiro do Acre, o projeto de REDD+ Mai N’dombe, na República Democrática do Congo, para citar apenas alguns (1). Pior do que isso, a implementação concreta do REDD+ resultou em graves restrições ao uso tradicional da terra por parte dos povos da floresta, enquanto a grande pecuária, a mineração, as usinas hidrelétricas e o desenvolvimento de infraestruturas continuam inabaláveis, destruindo grandes extensões de florestas tropicais. Assim, o REDD+ se revelou uma ferramenta equivocada para enfrentar os fatores de destruição em grande escala. (2)

No entanto, apesar do triste histórico do REDD+ nos últimos dez anos, investidores em empresas e instituições e seus parceiros da indústria da conservação

continuam anunciando novas iniciativas desse tipo. Por exemplo, o Banco Europeu de Investimento, a Conservation International e um fundo de investimento chamado “Althelia Climate Fund” receberam um total de 53,5 milhões de dólares (investimento de 35 milhões e 18,5 milhões em doações) do Fundo Verde para o Clima (3) para um programa de REDD+ em Madagascar. A Noruega, empresas do setor global de alimentos (responsáveis por desmatamento e emissões de gases de efeito estufa) e o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês) do Banco Mundial anunciaram um novo “fundo com foco na floresta tropical e na agricultura” no Fórum Econômico Mundial de 2017, realizado no luxuoso resort de esqui suíço em Davos. Diz-se que o novo fundo usa uma “abordagem jurisdicional” (veja abaixo), e Brasil e Indonésia são mencionados como os primeiros países onde os projetos devem ocorrer. Entre as empresas globais de alimentos que estariam interessadas em apoiar o fundo estão Carrefour, Mars, Nestlé e Unilever – esta última anunciou um investimento de 25 milhões de dólares no fundo, em um período de cinco anos.

Mas será que essas corporações globais de alimentos realmente querem que nós acreditemos que elas se preocupam com as florestas e os direitos dos povos da floresta? A motivação que parece mais plausível é a de proteger quotas de mercado – e, portanto, margens de lucro – nos países industrializados e centros urbanos onde os consumidores exigem cada vez mais produtos “sem desmatamento”. Isso também explicaria por que essas corporações não estão apresentando iniciativas para reduzir o controle empresarial sobre o sistema alimentar internacional e fortalecer os modelos agrícolas que usam menos carbono. Esperar essas medidas de empresas globais de alimentos seria como esperar que as empresas de combustíveis fósseis pressionassem a ONU para adotar um acordo climático forte, que apontasse claramente para o fim da queima de carbono fóssil em um futuro próximo.

Por que governos como os da Noruega e da Alemanha, o Banco Europeu de Investimento (BEI) e empresas como a Unilever continuam investindo dinheiro no REDD+, apesar de a iniciativa ter “ficado aquém do esperado”? (4) Um artigo acadêmico recente fornece algumas explicações. “Prometendo Mudança, entregando continuidade: o REDD+ como uma moda da conservação” explica que o REDD+ serve para ajudar a indústria de conservação e desenvolvimento a “gerar valor e se apropriar de recursos financeiros”. (5) Uma moda é uma “forma de comportamento coletivo que se desenvolve dentro de uma cultura, uma geração ou grupo social, e cujo impulso é seguido com entusiasmo por um grupo de pessoas durante um período finito de tempo”. E geralmente, pouco importa se a moda é eficaz ou adequada para resolver o problema real.

O artigo observa que um estudo recente sobre “23 das 300 iniciativas subnacionais mostrou que apenas quatro conseguiram realmente vender créditos de carbono, e concluiu que o financiamento é um desafio fundamental na sustentação das iniciativas”. O artigo também menciona “desafios” técnicos e explica que “a comercialização de créditos de carbono nos sistemas dos padrões voluntários de carbono envolve procedimentos e requisitos técnicos complexos”.

Os autores explicam que, embora a linguagem e os argumentos mudem quando a indústria da conservação aparece com uma nova proposta para salvar

florestas, o “REDD+ implica mudanças em nível discursivo”. Uma dessas mudanças recentes na discussão sobre o REDD+ é o termo “REDD+ jurisdicional”, que significa que os governos e os bancos de desenvolvimento estão se afastando do financiamento de projetos específicos e, em vez disso, visam colocar as atividades de REDD+ em nível de província, estado e, em última instância, país. O programa REDD Early Movers, do governo alemão, é um exemplo de programa de REDD+ “jurisdicional”, onde aquele governo paga ao governo do Acre se o estado puder provar que o desmatamento não excedeu um máximo acordado de perda florestal. O novo fundo das florestas tropicais mencionado acima, que foi anunciado pela Noruega e outros em Davos, também declarou que se concentraria em projetos “jurisdicionais”.

Apesar dessas mudanças de terminologia, os autores de “Prometendo mudança, entregando continuidade” dizem que, em termos práticos, o REDD+, assim como outras “modas de conservação” anteriores, significa, acima de tudo, “a continuidade e a repetição das promessas iniciais e expectativas que levam a muito financiamento por parte de doadores, atividades de projetos-piloto e processos de desenvolvimento e implementação de políticas”. Os autores também afirmam que as promessas e as expectativas do REDD+ “pouco mudaram o manejo e o uso efetivos e concretos da floresta fora dos projetos-piloto selecionados, mas sustentaram os meios de vida dos atores da indústria de desenvolvimento e conservação, incluindo acadêmicos”.

É lamentável que os dirigentes do Banco Europeu de Investimento, do Fundo Verde para o Clima ou dos governos da Noruega e da Alemanha continuem ignorando as evidências cada vez maiores de que, o REDD+ é contraproducente para reduzir a perda florestal e combater as causas principais das mudanças climáticas. Essas evidências não mudarão apenas porque o lobby da conservação conseguiu fazer com que o REDD+ seja mencionado no Acordo de Paris da ONU nem se bancos e governos continuarem investindo mais dinheiro em novas iniciativas regionais “jurisdicionais” de REDD+.

O artigo sobre “Mudança promissora” conclui que o REDD+ é, sobretudo, “uma mercadoria discursiva cuidadosamente promovida de maneiras específicas que permitem que os atores da indústria de desenvolvimento e conservação tenham acesso a recursos financeiros”. Como ainda há muitos que buscam o REDD+ na esperança de enfrentar as mudanças climáticas globais e proteger as florestas e os direitos dos povos da floresta, os autores pedem que os usos do financiamento alocado ao REDD+ sejam questionados. Acrescentando-se a isso as graves restrições, a criminalização e a insegurança em relação à posse para povos e usuários tradicionais da floresta que são afetados onde se implementam projetos de REDD+ (2), é hora de substituir a experiência do REDD+ por apoio às lutas e iniciativas dos povos e usuários tradicionais da floresta que a tem protegido por gerações. Vários estudos já demonstraram que, onde os territórios dos povos indígenas são reconhecidos e demarcados e onde os direitos das comunidades tradicionais da floresta são respeitados, os índices de desmatamento são menores do que nas áreas ao redor, que não estão sob controle de povos indígenas ou comunidades tradicionais. (6)

(1) Veja, entre outros, Deforestation is increasing in the Mai N'dombe REDD project area. And the project still sells carbon credits, em: <http://www.redd-monitor.org/2016/02/18/deforestation-is-increasing-in-the-mai-ndombe-redd-project-area-and-the-project-still-sells-carbon-credits/>; The virtual economy of REDD: Conflicts of interest, hot air, and dodgy baselines, em: <http://www.redd-monitor.org/2016/06/02/the-virtual-economy-of-redd-conflicts-of-interest-hot-air-and-dodgy-baselines/>

(2) Para exemplos, veja REDD Collection of Conflicts e relatórios no site [www.redd-monitor.org](http://www.redd-monitor.org).

(3) Veja informações do Fundo Verde sobre o Clima sobre a aprovação das verbas aqui: <http://www.greenclimate.fund/-/sustainable-landscapes-in-eastern-madagascar>

(4) Veja, também, o amplo estudo “REDD+ on the ground: A case book of subnational initiatives across the globe”, do CIFOR, publicado em 2014.

(5) Promising Change, Delivering Continuity: REDD+ as Conservation Fad. Artigo de Jens Friis Lund et al., publicado na revista World Development (2016).

(6) Veja o gráfico “Indigenous groups are good forest stewards”, p. 17, em Fern et al. Relatório “Going Negative”. <http://www.fern.org/sites/fern.org/files/Going%20negative%20version%202.pdf>

[Leia este artigo online](#)

[Índice](#)

# REDD e direitos: o bom, o mau e o feio

Do Boletim 234 do WRM, novembro de 2017

A proposta de incluir as florestas nas negociações climáticas da ONU completará 10 anos. No quadro do avanço do mecanismo REDD+, a questão relativa aos direitos humanos, dos povos indígenas, das mulheres, das comunidades locais, entre outros, tem sido um ir e vir de atores, roteiros, cenários, elencos, comédias, mas, acima de tudo, têm prevalecido os efeitos especiais e a arte da maquiagem.

“O fundamento do pensamento crítico, então, está na desconformidade com o estado de coisas existente e na busca de alternativas, a partir das caracterizações da situação atual, cujas causas podem obviamente ser buscadas no passado” (1)  
in memoriam Hector Alimonda

A proposta de incluir as florestas nas negociações climáticas da ONU completará 10 anos. Desde 2007, quando foi realizada a conferência climática em Bali, na Indonésia, no âmbito do avanço do mecanismo de REDD+ (2), a questão relativa aos direitos humanos, dos povos indígenas, das mulheres, das comunidades locais, entre outros, tem sido um ir e vir de atores, roteiros, cenários, elencos, comédias, mas, acima de tudo, têm prevalecido os efeitos especiais e a arte da maquiagem.

## O Bom

Deve-se reconhecer que, durante esses anos, o fato de se ter abordado a questão dos direitos dos povos diante de um problema tão grave quanto a mudança climática já é algo bom. Aqueles de nós que erguemos nossas vozes durante vinte anos, clamando por soluções verdadeiras para o aquecimento global – como deixar hidrocarbonetos fósseis no subsolo – sempre apelamos aos direitos dos povos que vivem onde esses combustíveis são extraídos, aos direitos das comunidades onde foram aplicados projetos dentro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) ou outros mecanismos de compensação de carbono, como também aos direitos da natureza.

Assim, uma vez que o mecanismo do REDD+ começou a ser discutido nas negociações sobre o clima, muitas organizações, principalmente em nível internacional, pressionaram pela inclusão da expressão “direitos dos povos indígenas”. Essa pressão acabou sendo direcionada, em dezembro de 2008, à proposta “Sem Direitos, sem REDD+”. Sem dúvida, porém, essas exigências tomaram outro rumo nos anos seguintes.

Um exemplo é o do direito ao território, que é um direito coletivo reivindicado há décadas, principalmente o da titulação de terras e territórios. Embora este último seja alheio às práticas consuetudinárias de demarcar e organizar os territórios de

comunidades, foi necessário reivindicá-lo diante da investida dos Estados. Nesse contexto, o mecanismo do REDD+ e os programas de REDD+ em nível nacional estão claramente distorcendo esse direito essencial dos povos, uma vez que, para que o negócio do carbono funcione, deve se dar um uso privado à propriedade coletiva, já que a transação de créditos de carbono tem que deixar claro quem é dono de quê, em que quantidade e, nesse caso, onde e em que extensão. Os compradores terão um título de propriedade sobre o carbono que é encontrado em uma determinada – delimitada e titulada – quantidade de terras cobertas por florestas. Seguir desse modo, a titulação da terra é promovida e usada pelos mercadores de carbono para oferecer aos compradores uma garantia de propriedade do carbono contido na área.

Portanto, o lado bom do fato de os direitos humanos e dos povos fazerem parte da base de qualquer medida contra a mudança climática foi corrompido.

## O Mau

Aqueles que dominaram as negociações sobre o clima, desde atores empresariais e financeiros até ONGs de conservação e representantes governamentais hegemônicos, compreendem e assumem a questão dos direitos de uma maneira totalmente diferente dos povos indígenas e outras comunidades locais. Os direitos humanos e da natureza têm sido submetidos ao capital e a supostos direitos empresariais e financeiros. Os espaços de lobby e negociação empresarial que cooptam as cúpulas das mudanças climáticas garantiram que os interesses corporativos prevalecessem sobre o senso do comum, seguindo um roteiro em que eles são super-heróis salvadores do planeta. Assim se estabelece um claro conflito, porque o dinheiro, como capital, tornou-se sujeito de direitos, acima do humano e de todas as formas de vida.

O Acordo de Paris, assinado nas negociações climáticas de 2016, na COP21, apresenta uma nova cenografia, mas com os mesmos protagonistas. Entre outras desvantagens, ratifica (no Art. 5) a inclusão das florestas “para conservar e fortalecer, segundo a necessidade, os sumidouros e reservatórios de gases de efeito estufa”. Isso irá aprofundar a perda de direitos dos povos em nível local e, com a possibilidade de se compensarem as emissões através de projetos de REDD+, continuará aumentando a extração e a queima de petróleo, gás e carvão, aprofundando o problema das mudanças climáticas. O Acordo de Paris, ao estilo da Comédie-Française, com a sua trupe permanente de atores, perpetua a distribuição de quotas de poluição e a possibilidade de fazer negócios globais entre quem mais polui, não só com empresas, mas também entre Estados.

Com o Acordo de Paris, a lógica de entrega de florestas para compensar a poluição se estabelece em caráter planetário. Embora inclua plantações florestais, agricultura e solos, ou seja, qualquer vegetação ou terra que possa conter carbono, o REDD+ volta seu olhar principalmente sobre florestas da África, da Ásia e da América Latina, localizadas principalmente em sistemas de propriedade coletiva dos povos indígenas e que são, por esse motivo, as mais bem cuidadas e mais extensas.

O REDD+ transforma os povos indígenas e a natureza em provedores

permanentes de serviços ambientais ou ecossistêmicos, razão pela qual também se pode afirmar que o REDD+ não só contribui para mais perda dos direitos dos povos e agrava a mudança climática, mas também viola os direitos da natureza, submetendo-a – como faz com os povos – a processos de escravidão, servidão e apropriação de suas criações, ao converter os ciclos biológicos, as funções, a recriação da vida e os ciclos reprodutivos em trabalho e mercadorias que podem ser comprados e vendidos.

## **O Feio**

Entre os objetivos dos promotores do REDD+ está o de tentar diminuir as resistências à implementação de projetos em territórios indígenas, principalmente, e o de convencer as organizações para que o mecanismo de REDD+ seja bem visto e aceito.

Assim sendo, como um efeito especial cinematográfico, os direitos humanos e dos povos foram desaparecendo ou sofrendo metamorfoses nas negociações climáticas. Os direitos se transformaram em padrões; os direitos das mulheres foram transformados em cautelas voluntárias; outros direitos se converteram em “participação e envolvimento em relatórios e monitoramento”; direitos coletivos e territoriais tornaram-se “governança florestal”; a proteção e a obrigatoriedade dos direitos passaram a ser apenas promoção ou algo que “será levado em consideração”; os direitos se transformaram em “estabelecimento de modelos operacionais para cumprir os salvo-condutos e consolidar os benefícios mútuos, isto é, benefícios não relacionados ao carbono”, conforme indicado pela iniciativa REDD+ Indígena, que a Coordenadora de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) sustenta em nível internacional (3)

Em suma, a inclusão dos direitos humanos no REDD+ não é mais do que uma maquiagem para torná-lo bonito, conter a rebelião dos povos e esconder a verdade por trás desses projetos.

Em vista disso, deve-se proteger o direito dos povos à resistência, a dizer NÃO a projetos de compensação de carbono, a não serem expropriados, a não verem restritos o acesso aos seus territórios e seu uso tradicional ou a não serem usados para que empresas de petróleo ou mineração possam violar os direitos de outra comunidade em algum outro lugar do planeta. As organizações e as comunidades indígenas se veem manipuladas pelo mercado internacional para que a máquina continue funcionando.

## **Epílogo**

Para terminar, devemos definir melhor a que nos referimos quando dizemos direitos.

Mesmo sabendo que são inerentes a sujeitos – humanos e não humanos – os direitos não são estáticos. Os direitos são um processo: histórico, político, social e natural. Eles são uma questão de dignidade e estão surgindo como reação à opressão, à discriminação e à perda de meios de vida e subsistência. Eles são um

ideal a conquistar, e não são concedidos pela ONU, nem muito menos pelo Banco Mundial ou pelas transnacionais da conservação.

O REDD+ pressupõe que os direitos sejam uma realidade já conquistada, concedida pelos operadores desse tipo de projeto, e os distorce quando os considera uma questão de governança, burocracia ou engenharia institucional. Também perverte os direitos porque os “universaliza” dentro de um quadro de modernidade ocidental capitalista; hoje em dia, os direitos, por circunstâncias históricas e políticas, estão imbuídos de pluriversalidade cultural e natural.

Quando se inclui o conceito de direitos nas negociações climáticas, como no binômio REDD-direitos, prioriza-se o benefício ao mercado livre ao mesmo tempo em que se anulam os contextos culturais e políticos dos povos de onde esse tipo de programas e projetos é desenvolvido.

A proposta de incluir direitos no REDD+ deveria ter exigido o direito à prática real de direitos coletivos que sejam alimentados, segundo a visão do mexicano Enrique Leff, pelos “direitos do ser cultural à construção de diversos mundos de vida”, pelos “direitos de reinventar suas identidades culturais” ou pelos “direitos de reconstruir mundos de vida e projetar futuros possíveis”. (4) O REDD+ impede claramente o exercício desses direitos.

**Ivonne Yáñez**, ivonney [at] accionecologica.org  
Acción Ecológica

(1) CLACSO. Pensamientos críticos contemporáneos: análisis desde Latinoamérica. Piedrahita C., Díaz A., Vommaro P. (comp.). Bogotá, 2015.

(2) “Por ejemplo REDD+ aspira a cubrir 4.000 millones de hectáreas, es decir el 31 por ciento de la superficie de la tierra (no marina)”. Tribunal por los Derechos de la Naturaleza. Apresentação REDD+ COMO UN CASO DE VIOLACIÓN DE LOS DERECHOS DE LA NATURALEZA. Lima, 2014.

(3) CBC-GIZ. REDD+ INDÍGENA EN EL PERÚ: Perspectivas, avances, negociaciones y desafíos desde la mirada de los actores involucrado. Pinto, V. Molero, M. (Eds). Lima, fevereiro de 2014.

(4) Leff, Enrique. “Las relaciones de poder del conocimiento en el campo de la ecología política: una mirada desde el sur”. In: ECOLOGÍA POLÍTICA LATINOAMERICANA. VOLUMEN I. Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica. CLACSO. Héctor Alimonda et al. (Eds). Buenos Aires 2017.

[Leia este artigo online](#)

[Índice](#)

## Projeto Envira REDD+, no Acre, Brasil: certificadoras de carbono atribuem Nível Ouro a promessas vazias

[Do Boletim 237 de WRM, abril de 2018](#)

**Uma comunidade de seringueiros, dentro de um projeto de REDD+ de 40 mil hectares, enfrenta uma difícil luta pelo direito à terra. O projeto já vendeu créditos de carbono e, até agora, somente forneceu à comunidade kits de higiene bucal e uma visita ao dentista.**

O Projeto Envira Amazônia é um dos três empreendimentos de compensação de carbono florestal (REDD+) que a empresa estadunidense CarbonCo LLC está desenvolvendo no estado brasileiro do Acre. O projeto abrange quase 40.000 hectares de floresta amazônica e faz parte de uma enorme área de 200.000 hectares, dos quais a empresa JR Agropecuária e Empreendimentos EIRELI alega ser proprietária. Porém, essa propriedade é contestada. Famílias de seringueiros vivem naquelas terras há gerações, mas a maioria não conseguiu obter documentos legais que confirmem seus direitos fundiários. O projeto de REDD+ ameaça o futuro da comunidade porque impõe restrições ao futuro uso da terra e impede que as famílias voltem a usar terras agrícolas da comunidade não utilizadas na última década.

O principal dono da empresa brasileira envolvida no projeto de REDD+ Envira Amazônia é Duarte José do Couto Neto. Do Couto Neto está ligado a vários empreendimentos (1) e foi candidato pelo partido de extrema-direita Prona, no Acre, nos anos 1990. Ainda em setembro de 2017, manifestou apoio ao atual candidato da extrema-direita à presidência do Brasil e também à ditadura militar, afirmando sentir “saudades e muita do regime militar” (sic). (2)

Como na maior parte da Amazônia brasileira, a situação fundiária dentro da área do projeto é complicada e alvo de disputa, mas essa realidade é ignorada nos documentos do próprio projeto: a alegação de propriedade de inacreditáveis 200.000 hectares é aceita como verdade, e não se menciona qualquer disputa sobre a terra. Os consultores que deram o selo de certificação Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCB) também não questionaram como uma pessoa – neste caso, Duarte José do Couto Neto – conseguiu adquirir legalmente uma extensão tão vasta de terras relativamente próxima à fronteira do Brasil com a Bolívia e o Peru. Os seringueiros vêm usando essa área há gerações e portanto têm direitos legais sobre a terra que ocupam, embora muito poucas famílias possuam títulos de propriedade. Cerca de dez famílias de seringueiros que se tornaram agricultores possuem título de suas terras dentro dos quase 40.000 hectares que compõem o projeto de REDD+ Envira Amazônia. Além disso, cerca de 40 famílias vivem dentro da área circundante, mas fora dessa área de 40.000 ha do projeto REDD+. De acordo com seus documentos, o projeto de REDD+ afirma proteger todos os 200.000 hectares e sugere que essas comunidades situadas fora da área do projeto também são beneficiadas, mas não explica por que ou como elas seriam envolvidas ou afetadas.

Em 2015, o projeto de REDD+ Envira Amazônia foi certificado segundo o padrão Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCB) pelo parceiro brasileiro da Rainforest Alliance, a Imaflora. As avaliações para outra certificação chamada Verified Carbon Standard (VCS – atualmente chamada Verra) foram realizadas pela Environmental Services Inc. (3). As certificadoras emitiram o primeiro lote de créditos de carbono do projeto em 2016, e um segundo lote em novembro de 2017. (4) O banco de dados do VCS mostra que, em 2016/2017, foram vendidos pelo menos 750.000 créditos de carbono do projeto de REDD+ Envira Amazônia. (5)

### **A comunidade não sabe que o projeto já está vendendo créditos de carbono**

Quando o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) visitou famílias que moram dentro dos quase 40.000 hectares do local do projeto de REDD+ Envira Amazônia, em março de 2018, os membros da comunidade não sabiam que o projeto já havia sido “aprovado” e que já estava vendendo créditos de carbono. Os moradores explicaram que uma grande quantidade de estrangeiros havia visitado a área nos anos anteriores, mas poucos conversaram com eles e muitos pareciam não falar português. Eles haviam realizado estudos e uma pessoa visitava cada família individualmente para convencê-los a apoiar o projeto de carbono.

A maioria das famílias havia assinado um formulário sugerindo apoio ao projeto ou tinha sido fotografada ao receber um kit dental. Esse kit continha um pequeno tubo de pasta de dentes e uma escova e, juntamente com a oferta de uma consulta gratuita a um dentista, é o único benefício tangível que os membros da comunidade receberam até o momento.

### **Promessas (vazias) são a base para a emissão do certificado de Nível Ouro do CCB**

Embora os moradores não tenham visto nenhum benefício tangível além do kit dental e uma consulta única ao dentista, muitas promessas foram feitas na apresentação do projeto às famílias. Os moradores confirmaram que as promessas correspondem àquelas mencionadas no documento do projeto preparado para a certificação do CCB: “JR Agropecuária e Empreendimentos EIRELI também irá implementar inúmeras atividades para ajudar as comunidades locais e atenuar as pressões de desmatamento, tais como: oferecendo cursos de formação de extensão agrícola; começando patrulhas dos potenciais locais de desmatamento nas fases iniciais do projeto; concessão de posse de terra para as comunidades locais; e criação de atividades económicas alternativas, incluindo a comercializar a coleção de plantas medicinais e açaí”. (6)

Em 2015/2016, a Imaflora concedeu um certificado CCB “Nível Ouro” ao projeto de REDD+ Envira Amazônia, com base nas promessas feitas à comunidade por quem implementa o projeto. No entanto, nenhuma dessas promessas foi cumprida. Como mencionado acima, os proprietários do projeto parecem nem ter informado a comunidade de que ele havia sido aprovado nas avaliações de certificação nem de que já estava vendendo créditos de carbono. A propaganda

do projeto de REDD+ Envira Amazônia também destaca os benefícios que ele supostamente traria à comunidade. Por exemplo, um anúncio sobre o projeto no site carbonfund.org afirma que a comunidade está se beneficiando dele: “Os projetos sociais e as atividades para mitigar as pressões do desmatamento e beneficiar as comunidades locais incluem, entre outras coisas, cursos de extensão agrícola, patrulhamento em barco de áreas com potencial para desmatamento, melhoria das escolas locais e postos de saúde, e desenvolvimento de infraestrutura local para coletar, transportar e vender açaí, plantas medicinais e borracha de origem local”. (7) Foram incluídas fotografias de crianças em frente à escola comunitária (que não funciona há dois anos e está em mau estado) e uma foto de uma reunião da comunidade dentro do prédio da escola, sugerindo um projeto benéfico para a comunidade local.

### **Projeto de REDD+ Envira Amazônia: a realidade das famílias é de restrições, e não de benefícios**

Enquanto os donos de projetos e organismos de certificação criam uma realidade virtual em que o projeto de REDD+ Envira Amazônia beneficia famílias dentro de sua área, a realidade concreta para a comunidade é semelhante àquela enfrentada pelas comunidades afetadas pelos outros dois projetos de REDD+ da CarbonCO LLC no Acre: Purus e Valparaiso/Russas. (8) Um latifundiário com título de propriedade questionável aproveita a situação de insegurança jurídica sobre a posse da terra e a localização isolada da comunidade e utiliza sua posição de poder sobre as famílias para impor restrições ao uso de terra que provavelmente acelerarão o êxodo rural.

O projeto de REDD+ Envira proíbe o uso da floresta por famílias de seringueiros fora dos 150 hectares atualmente disponíveis para cada uma das famílias que vivem dentro da área do projeto. Portanto, os moradores não podem usar novamente pedaços de terra recentemente abandonados que eram usados por famílias de seringueiros até a década de 1990. Isso forçará os jovens que cresceram na área e desejam dar continuidade ao modo de vida de seus pais – como seringueiros e agricultores – a deixar a terra e migrar para as cidades, onde as oportunidades de emprego serão escassas. Em áreas próximas, grandes proprietários de terras continuam desmatando para criar gado, mas se nega às famílias seringueiras e agricultoras a terra usada há gerações para extração de borracha e pequena agricultura.

A realidade virtual de um projeto de REDD+ que proporciona benefícios de “Nível Ouro” à comunidade, criada pelos anúncios no site carbonfund.org e os relatórios de certificação, está em nítido contraste com a realidade das promessas vazias e das futuras restrições ao uso da terra que caracterizam o projeto de REDD+Envira Amazônia.

**Jutta Kill**, jutta [at] wrm.org.uy  
Membro do secretariado internacional do WRM

(1) Os documentos de certificação incluem uma lista parcial de empresas e propriedades do Acre e do Mato Grosso, que aparentemente são monitoradas como parte da certificação do projeto de REDD+ (para evitar o chamado vazamento, isto é, que o proprietário simplesmente transfira gado a essas outras propriedades). Várias dessas propriedades listadas (por exemplo, a Seringal Canadá) fazem parte da grande propriedade de 200.000 hectares onde está o projeto de REDD+. No entanto, a lista parece estar incompleta e não inclui atividades no estado do Amazonas, mencionadas por vários moradores da região. Pelo menos duas empresas que indicam Couto Neto como seu sócio não constam na lista: Santa Cruz da Amazônia Empreendimentos Ltda e Start Up da Amazônia Projetos de Exploração Sustentável Ltda Me.

(2) Comentário de Duarte José do Couto Neto ao artigo “General do exército bate forte no STF”.

(3) Relatórios financeiros da organização sem fins lucrativos Carbonfund.org mostram um pagamento de US\$ 136.802 em 2015 à Environmental Services Inc. Os relatórios não explicam se esse foi o custo da validação e da verificação do projeto de REDD+ Envira Amazônia ao padrão de carbono VCS. A CarbonCo LLC é uma subsidiária cuja propriedade total é da Carbonfund.org. O relatório anual da Fundação Carbonfund.org 2016 está disponível aqui; documentos apresentados para obter isenção de imposto de renda estão disponíveis aqui.

4) Veja aqui a longa lista de documentos de certificação de carbono e CCB do Verra/VCS.

(5) Link para o banco de dados do VCS/Verra.

(6) Documento do projeto Envira Amazônia preparado para a certificação do CCB, página 3. Versão em Português.

(7) Anúncio da Carbonfund.org para o projeto de REDD+ Envira Amazônia.

(8) Para obter informações sobre os impactos desses projetos de REDD+ sobre as comunidades dentro de suas áreas, consulte a publicação do WRM “Considerações sobre um projeto privado de REDD no interior do Estado do Acre – Brasil”.

[Leia este artigo online](#)

[Índice](#)

# Alerta! Como os projetos de REDD+ prejudicam a agricultura camponesa e as verdadeiras soluções para as mudanças climáticas

[Do Boletim 219 do WRM, outubro de 2015](#)

A agricultura é cada vez mais discutida em fóruns de alto escalão sobre a mudança climática, os quais promovem diferentes programas que – dizem – irão ajudar os agricultores a se adaptar às mudanças e reduzir as emissões de gases do efeito estufa na agricultura. Um desses programas é chamado de REDD+. O REDD+, contudo, reforça o sistema alimentar empresarial que é o grande responsável pela mudança climática, rouba os territórios de muitas comunidades e povos da floresta, e prejudica os sistemas alimentares e agrícolas de camponeses e povos indígenas que poderiam realmente esfriar o planeta.

A agricultura é cada vez mais discutida em fóruns de alto nível sobre a mudança climática, os quais promovem diferentes programas que – dizem – irão ajudar os agricultores a se adaptar às mudanças e reduzir as emissões de gases do efeito estufa na agricultura. Essas iniciativas são fortemente influenciadas por empresas e governos que querem proteger a agricultura industrial e os sistemas alimentares corporativos das verdadeiras soluções para a mudança climática, que dariam mais terras aos camponeses e apoiariam a agricultura agroecológica para mercados locais. Como resultado, a pequena agricultura camponesa está sendo alvo de uma série de falsas soluções para a mudança climática, promovidas agressivamente, enquanto a agricultura industrial e empresarial continua fazendo seus negócios de sempre. Um desses programas é chamado de REDD+.

Uma [publicação recente da GRAIN e do WRM](#) explica alguns dos padrões que fazem da Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) um perigo para a agricultura camponesa. A publicação explica como o REDD+ reforça o sistema alimentar empresarial, que é o grande responsável pela mudança climática, roubou os territórios de muitas comunidades e povos da floresta, e prejudica os sistemas alimentares e agrícolas de camponeses e povos indígenas que podem esfriar o planeta.

Na maioria dos casos, as informações que as comunidades camponesas recebem sobre os projetos de REDD+ são tendenciosas ou incompletas. Os proponentes do projeto prometem muitos benefícios e empregos se a comunidade concordar com a atividade de REDD+ proposta. Mas a maioria dessas atividades limita o uso da floresta para agricultura itinerante, coleta e outros usos de subsistência. Caça, pesca, pastagem ou o corte de algumas árvores para construção de moradias ou canoas também costuma sofrer restrições, que são fiscalizadas pelos proprietários do projeto de REDD+, muitas vezes com o apoio de guardas armados. Além disso, a maioria das comunidades não é informada de que os projetos geram créditos de carbono ou que os compradores desses créditos são algumas das maiores empresas do mundo, cujos negócios se baseiam na extração de combustíveis fósseis e na destruição dos territórios das comunidades tradicionais. Portanto, a agricultura

camponesa é apontada como a causa do desmatamento, enquanto as causas principais são ignoradas. Ao mesmo tempo, as grandes causas do desmatamento, como a atividade madeireira industrial, a expansão de plantações de dendê, soja ou árvores, de megaprojetos de infraestrutura, mineração, grandes hidrelétricas e, acima de tudo, a agricultura industrial expandindo-se sobre a floresta – continuam sem restrição (Veja [“REDD: uma Galeria de Conflitos, Contradições e Mentiras”](#)).

## **Alguns padrões que tornam o REDD+ um perigo para a agricultura camponesa**

### O REDD+ responsabiliza as práticas agrícolas camponesas pelo desmatamento e as emissões

Os camponeses de todo o mundo estão sendo espremidos em menos terra, enquanto ainda conseguem produzir a maior parte dos alimentos do mundo sem gerar, nem de perto, a quantidade de emissões de gases do efeito estufa produzida por grandes fazendas industriais. A esmagadora maioria dos projetos de REDD+, no entanto, procura reduzir as emissões diminuindo ainda mais as terras a que camponeses e comunidades indígenas têm acesso ou mudando a forma como essa terra é usada por eles.

Os defensores do REDD+ partem do pressuposto equivocado de que a agricultura itinerante, uma prática comumente usada por povos da floresta em todo o mundo, é uma importante causa de desmatamento. Isso simplesmente não é verdade. O que geralmente é agrupado sob o termo “corte-e-queima”, na realidade, representa centenas de práticas diferentes de uso da terra, adaptadas às circunstâncias locais. Longe de causar grandes perdas florestais, essas práticas têm permitido que comunidades que dependem de florestas mantenham as florestas das quais que dependem. Onde a agricultura itinerante está levando à degradação florestal, os ciclos de rotação costumam ser encurtados porque há menos terra disponível para a agricultura itinerante. Isso é quase sempre resultado da expansão de plantações industriais ou megaprojetos de infraestrutura ou atividade madeireira industrial, que tomam terras das quais as comunidades camponesas dependem para produzir alimentos.

Outro argumento usado pelos defensores do REDD+ é que o “custo de oportunidade” é menor do que com a restrição à expansão de plantações e fazendas industriais. O “custo de oportunidade” é uma medida do valor econômico que teria sido gerado por empresas ou camponeses se a continuidade das atividades de desmatamento tivesse sido autorizada. Os consultores conseguem enxergar o dinheiro que as plantações geram para as empresas, mas não veem todo o valor que as áreas florestais representam para as comunidades camponesas em termos de produção local de alimentos, habitação, medicamentos, biodiversidade, cultura, etc. Para os defensores de REDD+, portanto, compensa mais em termos de “custos” fazer com que os camponeses parem de usar áreas florestais do que deter as empresas de plantações e os fazendeiros empresariais.

### REDD+: Um bom negócio para empresas de carbono, ONGs internacionais de conservação, consultores e países industrializados

Uma das grandes promessas do REDD+ é que comunidades que dependem da floresta e pequenos agricultores vão ser pagos para proteger a floresta. Para atrair governos e comunidades do Sul, os defensores do REDD+ costumam fazer afirmações exageradas sobre a dimensão do comércio global de créditos de carbono – ou o tamanho esperado de um futuro mercado de carbono florestal.

A realidade é que o preço das licenças de carbono vem em queda livre desde 2008. E, enquanto o valor das licenças pode recuar até o preço esperado, as experiências de projetos de REDD+ que vendem créditos de carbono mostram como a maioria dos supostos lucros que estão, em teoria, indo para as comunidades serão apropriados por outros.

Antes de um projeto de REDD+ poder vender créditos de carbono, muitos documentos técnicos têm que ser escritos, certificados e verificados por diferentes empresas de auditoria. Todos esses preparativos custam dinheiro, e não é pouco, sendo acrescentados ao que se chama de “despesas gerais” ou “despesas de transação” dos projetos de REDD+.

Diferentemente, para grupos conservacionistas internacionais como The Nature Conservancy, Conservation International e WWF, o REDD+ é um bom negócio, porque eles conseguem captar uma grande parte da ajuda internacional e do financiamento para o clima disponíveis para o REDD+. Esses grupos estão envolvidos em diversos projetos e iniciativas de REDD+, e atuam como assessores de planos nacionais de REDD+. Nenhum desses grupos revelou o tamanho de seus orçamentos de REDD+ nem quanto de suas verbas vem do financiamento climático que os países industrializados contam como pagamentos de REDD+ ao Sul global.

Os países industrializados também podem ganhar ainda mais com o REDD+ se o novo tratado climático da ONU que está sendo negociado atualmente lhes der a possibilidade de receber o crédito pelas reduções do desmatamento em países tropicais. Uma das propostas que estão na mesa é que os países que deram apoio financeiro ao REDD+ contabilizem as reduções que ocorrerem por meio desse sistema em suas próprias metas de emissões – uma opção muito conveniente para governos de países industrializados que procuram maneiras de evitar cortes profundos das emissões em casa.

### O REDD+ prejudica a soberania alimentar

Os projetos de REDD+ costumam comprometer a produção alimentar local e criar insegurança alimentar entre as comunidades locais de diferentes maneiras. Em alguns casos, as famílias que participam diretamente do projeto de compensação devem reduzir sua produção de culturas alimentares para plantar árvores para o projeto. Em outros casos, o projeto de REDD+ impede que as comunidades tenham acesso a áreas de floresta das quais elas dependem para caça e coleta, agricultura itinerante ou pastagem.

O fracasso reiterado de iniciativas de REDD+ em “estabelecer alternativas ao corte-e-queima” ou “modernizar” a agricultura camponesa através de propostas

desenvolvidas por distantes proprietários de projetos ou por ONGs de conservação aponta para outra tensão inerente ao REDD+: esses projetos visam, acima de tudo, maximizar o armazenamento de carbono na área que vai gerar os créditos. Iniciativas para envolver comunidades camponesas e povos da floresta são uma ideia posterior, exigência dos doadores, ou pretendem mostrar uma implementação supostamente participativa do projeto.

### O REDD+ prejudica o controle das comunidades sobre os territórios

Os créditos de REDD+ negociáveis são uma forma de título de propriedade. Quem os compra não precisa ser dono da terra nem das árvores que estão “armazenando” o carbono, mas tem direito de decidir como a terra será usada. Também costuma ter direitos contratuais de monitorar o que está acontecendo na terra e solicitar acesso a ela a qualquer momento que escolher, pelo tempo em que for dono do crédito de carbono.

As comunidades muitas vezes não são informadas sobre como o contrato que assinaram para projetos de REDD+ pode prejudicar seu controle sobre seus territórios. Com frequência, as obrigações que as comunidades ou famílias assumem não são explicadas claramente ou são descritas em termos ambíguos, que podem facilmente ser mal interpretados. Procurar assessoria jurídica sobre esses documentos técnicos complexos e ambíguos é difícil, porque quase todos os contratos de REDD+ contêm cláusulas estritas de confidencialidade.

Outra forma importante em que os projetos de REDD+ afetam o controle das comunidades sobre os territórios é criando divisões dentro delas. Enquanto muitas promessas de emprego por meio de projetos de REDD+ continuam sem ser cumpridas, os projetos geralmente contratam pessoas de dentro da comunidade para trabalhar como guardas florestais, cujo papel é informar sobre o cumprimento das regras do projeto na comunidade. Em outras palavras, espera-se que fiquem de olho nos outros membros da comunidade. Seu papel é informar aos proprietários do projeto se os membros da comunidade cortam árvores, caçam, pescam, cultivam alimentos na floresta ou a usam da forma como sempre fizeram, mas que é proibida sob as regras do projeto de REDD+. Essa forma de “emprego” cria divisões dentro da comunidade que irão afetar negativamente sua capacidade de se organizar e trabalhar em conjunto para defender seus territórios.

### **Como as mudanças na lei inspiradas pelos mercados de carbono estão ameaçando a reforma agrária**

O Código Florestal brasileiro é um exemplo de como as mudanças na lei informadas pelo REDD+ e iniciativas semelhantes de comércio de compensações representam um risco à reforma agrária e aos direitos dos camponeses à terra. A revisão do Código Florestal feita em 2012 estende o uso de créditos negociáveis de restauração florestal. Estes são créditos que um proprietário de terras pode vender se cortar menos floresta do que o Código Florestal permite. Os agricultores que, no passado, cortaram mais floresta do que a lei permitia e são obrigados, sob o Código Florestal de 2012, a restaurar a área desmatada além do limite

legal – ou correm o risco de perder o acesso a linhas de crédito agrícola – podem comprar esses créditos de restauração florestal em vez de restaurar a floresta em sua própria terra. Esses créditos de restauração florestal que podem ser negociados colocam em grande risco um instrumento fundamental para a Reforma Agrária no Brasil. O instrumento histórico da Reforma Agrária tem sido a expropriação de latifúndios que se possam comprovar ser improdutivos e, portanto, não cumpram a “função social” da terra exigida pela Constituição. A introdução de créditos negociáveis de restauração florestal criou um instrumento que poderia proteger os proprietários de latifúndios da desapropriação para fins sociais porque esses créditos transformariam latifúndios improdutivos em fábricas de carbono e repositórios de reservas ambientais. Isto, por sua vez, permitiria que os proprietários alegassem que a terra está cumprindo a “função social” exigida constitucionalmente.

### O REDD+ facilita a expansão da agricultura empresarial

O desmatamento causado pelo setor agrícola nas últimas décadas é quase inteiramente devido à expansão dos cultivos de commodities para exportação e para ração animal, sendo que a grande maioria dessa produção se expandiu em grandes fazendas industriais e plantações de monocultivos. Portanto, o desmatamento está diretamente ligado a cadeias internacionais de oferta de commodities que são controladas por um pequeno número de grandes empresas transnacionais de alimentos. Entre elas estão traders e produtores de commodities como Cargill, Louis Dreyfus Group, Bunge, Archer Daniels Midland (ADM), a JBS ou Wilmar International, empresas de alimentos como a Nestlé, Danone ou Unilever, além de supermercados e cadeias de fast-food como McDonald, Walmart ou Carrefour. Para se proteger da má publicidade e para preservar seus canais de abastecimento, as empresas estabeleceram regimes de certificação voluntária e mesas redondas de commodities com a participação de algumas grandes ONGs internacionais (ver artigo separado neste boletim).

### **Conclusões**

Os problemas são claros, as soluções existem... e são muito diferentes do conceito do REDD+.

O REDD+ contribui para ocultar o fato de que, embora a agricultura seja um dos principais fatores que contribuem para a mudança climática, nem todo mundo que planta cultivos tem a mesma responsabilidade pelas emissões. É o sistema alimentar industrial – com o seu alto uso de insumos químicos, sua erosão dos solos, seu desmatamento e sua ênfase na produção para os mercados de exportação – que é a principal fonte de emissões de gases do efeito estufa.

No entanto, o REDD+ acusa falsamente a agricultura itinerante e camponesa pelo desmatamento e as emissões de gases de efeito estufa. Na realidade, os camponeses já estão provando que é possível “alimentar o mundo” enquanto se produzem muito menos emissões do que o modelo industrial de produção agrícola centrado na exportação. Devolver a terra aos pequenos agricultores e às

comunidades indígenas é a maneira mais eficaz de lidar com os desafios de alimentar uma população global crescente em uma era de mudança climática imprevisível. O REDD+ é uma distração perigosa em relação às medidas urgentes necessárias nesse sentido.

Acesse a publicação aqui: <http://wrm.org.uy/es/otra-informacion-relevante/los-proyectos-redd-y-como-debilitan-la-agricultura-campesina-y-las-soluciones-reales-para-enfrentar-el-cambio-climatico/>

**[Leia este artigo online](#)**

[Índice](#)

## Qual é a maior contradição do REDD+?

Do Boletim 208 do WRM, novembro de 2014

Já são anos de tentativas por parte de bancos, empresas, governos e ONGs para mostrar ao mundo que o REDD+ é um bom mecanismo de combate às mudanças climáticas. No entanto, o WRM vem buscando aprender mais sobre o REDD+ e, principalmente, sobre os projetos já implantados, e o que vemos é um mecanismo cada vez mais fracassado e com muitas contradições. Este artigo analisa algumas das mais graves contradições do mecanismo do REDD+.

São quase dez anos de tentativas por parte de bancos, empresas, governos e ONGs para mostrar ao mundo que o REDD+ é um bom mecanismo para combater as mudanças climáticas.

Buscando aprender, como WRM, sobre as políticas de REDD+ que já foram desenhadas e sobre os muitos projetos experimentais implantados, o que vemos é um mecanismo cada vez mais fracassado e com muitas contradições (veja mais informações sobre REDD+ na página do WRM).

Apesar disso, o REDD+ tenderá a ser peça fundamental do novo acordo global sobre o clima, que os governos estão começando a discutir neste momento, em Lima, Peru, e cuja conclusão está prevista para 2015, em Paris. O novo acordo deve contar com fundos para REDD+ do Banco Mundial e de agências de cooperação da maioria dos governos do Norte, para mudar legislações florestais dos países com florestas tropicais, no sentido de adequá-las a uma lógica de mercado.

Esses são motivos suficientes para que o WRM, em conjunto com um grupo de organizações e redes mundiais, fizesse [uma chamada para ação](#) que ressaltasse a necessidade de lutar não só contra o REDD+, mas também contra as indústrias de extração de petróleo, gás e minério que se beneficiam em especial do REDD+, além de lutar contra o capitalismo global em geral

Também é um bom momento para listar algumas das contradições mais graves do mecanismo do REDD+:

1- Por um lado, os promotores do REDD+ afirmam que as comunidades não serão afetadas negativamente por esses projetos, já que todos serão realizados com base no princípio do consentimento livre, prévio e informado. Por outro lado, os projetos de redução de emissões de carbono em florestas já implantados foram desenhados e definidos pelos técnicos das empresas/ONGs de carbono que os promovem, sem proporcionar às comunidades a informação adequada e completa, e sem consultá-las para saber se queriam ou não transformar sua floresta num “armazém” de carbono florestal. Para agravar, os projetos costumam criminalizar as comunidades, além de afetar sua soberania alimentar, o controle de seu território e sua autonomia.

2- Por um lado, os promotores do REDD justificam seus projetos apontando o modo de vida das comunidades que dependem das florestas tropicais como principal responsável pelo desmatamento. Por outro lado, eles costumam deixar um papel secundário para as verdadeiras causas, pelas quais são responsáveis

empresas e instituições financeiras que estão por trás da construção de hidrelétricas, a agricultura industrial, atividades de mineração em grande escala, extração de gás e petróleo, etc. Para agravar, essas empresas são as que mais se beneficiam dos projetos de REDD+ através da compra de créditos de carbono e pelo fato de os projetos lhes garantirem uma imagem “verde”.

3- Por um lado, os promotores do REDD+ dizem às comunidades que vivem na área de um projeto que “conservar” carbono em sua floresta contribui para reduzir a poluição do ar e o impacto das mudanças climáticas em nível global. Por outro lado, eles não dizem às mesmas comunidades que o carbono “conservado” na floresta dá a grandes indústrias poluidoras o direito de continuar jogando mais carbono na atmosfera, e que isso, com o tempo, agravará em muito as mudanças climáticas, afetando inclusive as florestas tropicais. Em vez disso, os promotores dos projetos forçam as comunidades – que quase não emitem carbono – a mudar seu modo de vida, enquanto garantem que, com o REDD+, o “modo de vida” de grandes empresas em países industrializados possa continuar.

4- Por um lado, os promotores do REDD+ gastam mais da metade do dinheiro dos projetos com consultores para fazer cálculos e mais cálculos de quantidades de carbono que estariam supostamente presentes, hoje e futuramente, na floresta da área do projeto. Por outro lado, esses cálculos não são confiáveis, e mais: desviam ainda mais a atenção das causas reais do aquecimento global.

5- Por um lado, os promotores do REDD+ afirmam que o reflorestamento, ou seja, o plantio de árvores, pode ser também um projeto de REDD+, porque aumentaria a superfície de “florestas” no mundo e a “conservação” de carbono. Por outro lado, costumam fazer esse reflorestamento por meio de uma grande monocultura de eucalipto, com manejo industrial e mecanizado, e um ciclo curto de seis anos, com uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos a base de petróleo para abastecer fábricas de celulose.

6- Por um lado, os promotores do REDD+ afirmam que a agricultura pode ser “inteligente para o clima”. Por outro lado, eles sugerem pôr a “inteligência” em prática com a agricultura industrial usando sementes transgênicas plantadas em forma de monoculturas em larga escala, com forte dependência do petróleo.

7- Por um lado, uma empresa de energia de um país industrializado da Europa ou da América do Norte que tenha comprado créditos de carbono de um projeto de REDD+ costuma afirmar ter documentos que comprovam que ela é dona do carbono que estaria presente numa determinada área de floresta. Por outro lado, essa floresta se localiza num país a milhares de quilômetros de distância desse suposto “dono do carbono”, sem que essa empresa tenha noção e conhecimento mínimos sobre o lugar onde “seu carbono” está “conservado” ou sobre quem têm suas raízes nesse território há muitas gerações.

8- Por um lado, o governo da Noruega dá um apoio bilionário ao Brasil para reduzir as emissões de desmatamento. Por outro, esse mesmo governo acabou de anunciar que sua empresa estatal Statoil vai perfurar novos poços de petróleo no mar do Brasil e, portanto, aumentar ainda mais o carbono na atmosfera, elevando seus lucros que ultrapassam em muito o valor repassado ao Brasil e a outros países tropicais para reduzir o desmatamento.

9- Por um lado, os promotores do REDD+ conseguiram que, nestes últimos anos, fossem gastos muito tempo e dinheiro com uma causa secundária das mudanças climáticas: o desmatamento e a degradação florestal. Por outro lado, os governos gastaram pouco tempo e dinheiro com o enfrentamento do problema principal. Para agravar, isso não ocorre por falta de conhecimento sobre o que de fato resolveria esse problema principal, isto é: deixar o petróleo, carvão e gás debaixo do solo.

10- Por um lado, os promotores do REDD+ afirmam que só será possível salvar as florestas tropicais se a humanidade lançar mão de mecanismos como o REDD+ e se enxergar o preço da natureza. Por outro, para as comunidades que dependem das florestas, elas representam uma série de valores – não apenas monetários – imensuráveis, portanto, é impossível precificar aquilo que comunidades indígenas costumam definir como sagrado.

Resta a você a difícil tarefa de escolher qual dessas seria a maior contradição do REDD+!

[Leia este artigo online](#)

[Índice](#)

# O mito do REDD+: Manejo Florestal Sustentável

[Do Boletim 207 do WRM, outubro de 2014](#)

As negociações da ONU sobre a mudança climática incluíram o conceito de “Manejo Florestal Sustentável” (MFS) nos acordos de 2010. O MFS é uma das partes “+” (mais) do REDD, e é promovido como uma forma de obter redução das emissões. Isso é um mito. A realidade é que o MFS permite que a exploração madeireira destrutiva e, muitas vezes, ilegal, continue impunemente.

**Mito:** o Manejo Florestal Sustentável irá reduzir as emissões florestais e trazer desenvolvimento sustentável.

As negociações sobre a mudança climática da ONU incluíram o conceito de “Manejo Florestal Sustentável” (MFS) nos acordos de 2010, em Cancún, no México, segundo um conceito chamado de REDD+: “Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, a conservação, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal nos países em desenvolvimento” (1). Sob o REDD+, o MFS é promovido como uma forma de redução das emissões. A realidade é que o MFS é o mito que permite que a exploração madeireira destrutiva e, muitas vezes, ilegal, continue impunemente.

Hoje em dia, todo mundo pratica “Manejo florestal sustentável”. Até a empresa malaia Rimbunan Hijau, uma das indústrias madeireiras mais destrutivas do mundo (2), afirma, em seu site, praticar “manejo florestal sustentável” e “manter a Malásia verde” com seu “investimento em plantações de árvores” (3). As empresas continuam a insistir na ideia de que as plantações de monoculturas podem ser “sustentáveis”. A Rimbunan Hijau chega a afirmar que está “plantando florestas”. A própria ONU considera as plantações industriais de árvores como florestas. Dito de forma simples, isso é um erro flagrante, pois as plantações não são florestas. As florestas contêm diversas teias de vida e as plantações são nulas em biodiversidade e têm solos e cursos d’água poluídos, o que põe em risco os povos indígenas e aqueles que dependem das florestas, e agrava a mudança climática.

Como apontou Patrick Alley, da ONG Global Witness, em uma palestra recente, o “manejo florestal sustentável” é um “eufemismozinho sórdido” (4). A indústria madeireira conseguiu se apresentar como um empreendimento quase filantrópico, trazendo empregos e desenvolvimento. Alley explica: “Pode-se dividir o setor industrial madeireiro nos trópicos em duas categorias: o criminoso e o legítimo. O criminoso é criminoso, e o legítimo é a mesma coisa, mas com melhor estratégia de relações públicas”.

A indústria madeireira tem tido muita ajuda para levar a cabo esse crime perfeito, como descreve Alley. O corte permanente nos trópicos vem sendo até incentivado com dinheiro dos contribuintes. Nos nove anos até junho de 2011, o Banco Mundial despejou 4,1 bilhões de dólares no setor florestal. Uma revisão de 2013, feita pelo Grupo de Avaliação Independente, constatou que, em geral, esses projetos não conseguiram lidar com a pobreza nem beneficiar as comunidades

locais (5).

Previsivelmente, a administração do Banco rejeitou a crítica, e o dinheiro do Banco Mundial continua vindo (6). Em agosto de 2013, o Banco anunciou que estava distribuindo 31,83 milhões de dólares para o “manejo florestal sustentável” participativo no Laos (7). Este é um país que viu suas florestas serem devastadas pela exploração madeireira ilegal, a qual não dá sinais de que vá parar antes de a última floresta ter sido derrubada (8). No entanto, em vez de apoiar iniciativas para combater os criminosos que fazem a extração ilegal de madeira, o Banco Mundial está derramando ainda mais dinheiro no que é pouco mais do que lavagem verde para continuar cortando.

Um filme sobre o corte industrial de madeira na República Democrática do Congo, feito pela Global Witness, mostrou os impactos da exploração madeireira em escala industrial, com o apoio do Banco Mundial e de doadores internacionais (9). Repetidas vezes, as comunidades falaram sobre empresas exploradoras, danos a seus ecossistemas e modos de vida, falta de benefícios e aumento de conflitos e violência. É impossível não ver a contradição entre os programas de MFS que afirmam reduzir o desmatamento e a destruição social e ambiental causada pela indústria madeireira na República Democrática do Congo.

Pesquisas recentes realizadas por cientistas da Universidade de Lancaster revelam que o impacto do “corte seletivo” e de incêndios de superfície na Amazônia tem sido subestimado (10). A ONG Greenpeace chama o desmatamento na Amazônia de “Crise silenciosa”, à medida que criminosos lavam a madeira ilegal e a transformam em legal, inclusive com documentação oficial (11). Os defensores do MFS argumentam que esta pode ser alcançada através da remoção de algumas árvores e deixando o resto da floresta “em pé”. Mas, maiores áreas de floresta estão sendo afetadas. Isso tem enormes implicações para o REDD+, já que o MFS é uma das partes “mais” do REDD.

Além disso, outro estudo recente em Kalimantan Oriental mostrou não haver diferença nas emissões de carbono entre operações madeireiras certificadas pelo Conselho de Manejo Florestal (FSC, em inglês) e concessões madeireiras convencionais. Em 2009, o FSC formou um Grupo de Trabalho sobre Carbono Florestal, que produziu um “Quadro Estratégico para um Enfrentamento à Mudança climática pelo FSC”, em novembro de 2012 (12). Um desses objetivos é que, “o FSC seja reconhecido pelos regimes de carbono florestal que têm credibilidade, a fim de facilitar e levar os participantes à certificação FSC”. No entanto, o Conselho tem um histórico controverso (13) como resultado da certificação que concedeu a plantações de monoculturas de árvores e operações madeireiras destrutivas, e por não fiscalizar seus organismos de certificação.

Os professores Bradshaw e Laurence escreveram em 2011 um artigo intitulado “As florestas primárias são insubstituíveis para a sustentação da biodiversidade tropical”, que foi publicado na revista Nature (14). Laurence escreveu no site ALERT que, “só a Indonésia tem pelo menos 35 milhões de hectares de floresta extraída seletivamente – uma área maior do que a Alemanha – e muito dessa floresta cortada está desprotegida e sendo desmatada para a agricultura” (15). Bradshaw também disse, em uma entrevista recente: “É loucura sequer considerar corte com

‘emissão mais baixa’, levando em conta que as florestas [onde se pratica extração de madeira], não importa a perturbação, nunca conseguem reter tanto carbono ou biodiversidade quanto as florestas primárias” (16).

Portanto, o MFS envolve a expansão e legitimidade da atividade madeireira s escala industrial em florestas tropicais.

**Chris Lang**, reddmonitor@googlemail.com  
REDD-Monitor, <http://www.redd-monitor.org/>

1. Para mais informações sobre REDD+, consulte o site do REDD-Monitor: <http://www.redd-monitor.org/>; e a seção sobre REDD no site do WRM: <http://wrm.org.uy/browse-by-subject/mercantilization-of-nature/redd/>
2. <http://www.greenpeace.org/international/en/publications/reports/RH-30years-forest-plunder/>
3. <http://www.rhg.com.my/business/agri/index.html>
4. [www.globalwitness.org/blog/how-the-logging-industry-tricked-us-into-financing-our-own-destruction/](http://www.globalwitness.org/blog/how-the-logging-industry-tricked-us-into-financing-our-own-destruction/)
5. <http://www.redd-monitor.org/2013/01/31/ieg-report-world-banks-forestry-lending-has-not-reduced-poverty/>
6. <http://www.redd-monitor.org/2013/02/05/world-bank-management-rejects-criticisms-of-industrial-logging/>
7. <http://www.worldbank.org/en/news/press-release/2013/08/08/world-bank-supports-participatory-sustainable-forest-management-in-lao-pdr>
8. <http://www.redd-monitor.org/2014/05/16/demand-for-luxury-furniture-in-china-pushes-siamese-rosewood-to-the-brink-of-extinction/>
9. [https://www.youtube.com/watch?feature=player\\_embedded&v=qxn5jfgED1w](https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=qxn5jfgED1w)
10. <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/gcb.12627/full>
11. <http://www.greenpeace.org/usa/en/campaigns/forests/Our-current-projects/amazon-rainforest/Logging-The-Amazons-Silent-Crisis-/>
12. <https://ic.fsc.org/resource-center.489.htm>
13. <http://fsc-watch.org>
14. <http://www.nature.com/nature/journal/v478/n7369/full/nature10425.html>
15. <http://alert-conservation.org/issues-research-highlights/2014/2/13/the-debate-about-forest-conservation>
16. <http://news.mongabay.com/2014/0210-ril-carbon-emissions.html#jXSfjXqO2hgtUYcX.99>

[Leia este artigo online](#)

[Índice](#)



Sena Madureira, Acre, Brasil. Junho, 2018. Ph: Amigos da Terra Brasil.

### **3. Resistência contra as propostas que permitem compensações florestais internacionais no mercado de carbono da Califórnia: alguns exemplos**

#### **Brasil: Declaração de Sena Madureira, 17 de junho de 2018**

**Povos das florestas se reuniram em Sena Madureira, Acre, Brasil, para denunciar as falsas soluções do capitalismo verde e exigir o direito a suas terras. A retomada dos Jaminawa de seu território foi celebrada como exemplo da força da união dos povos.**

Publicado originalmente por [Amigos da Terra Brasil](#)

Entre 15 e 17 de junho de 2018, povos indígenas e de comunidades que vivem e trabalham na floresta se reuniram em Sena Madureira, Acre, para denunciar as falsas soluções propostas pelo capitalismo verde para as degradações ambientais e climáticas – causadas, paradoxalmente, pela própria lógica capitalista de produção e consumo insustentáveis. Denunciou-se os projetos que creem na falácia de que é possível seguir poluindo a terra, a água e a atmosfera em determinado ponto do planeta e “compensar” esta poluição por meio da manutenção de florestas em outra região. Além da impossibilidade, tais medidas acabam por prejudicar as populações que de fato se relacionam com as florestas de maneira equilibrada – os indígenas e as pequenas comunidades que trabalham nas florestas -, que acabam por perder a autonomia sobre seus territórios a sua capacidade de produção e subsistência.

O estado do Acre é tido como um “laboratório” para estas políticas de “compensação” e ali as comunidades tradicionais vêm sofrendo com estes projetos, sejam de REDD, REDD+, REM, PSA – as siglas são várias. Os nomes também, e ainda mais complicados: REDD significa “Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal”; o REM é “REDD Early Movers”, que são, na tradução, os “pioneiros do REDD”; PSA quer dizer “Pagamento por Serviços Ambientais”. Em comum entre estas siglas e nomes todos é que são as medidas do capitalismo verde para seguir poluindo livremente, às custas dos direitos de populações indígenas e tradicionais, que, quando enganadas a aceitarem tais projetos, perdem o direito sobre suas terras.

Em suma, governos e empresas poluidoras do norte global compram “créditos de poluição”, tirando das comunidades do sul o direito ao manejo de suas próprias terras: compram o direito a seguir poluindo, por meio da violação de direitos em outro local, desafiando a soberania dos povos sobre seu território. Privatizam e financeirizam a natureza. Confundem as comunidades com nomes estranhos, em uma linguagem distante das pessoas, e as seduzem com falsas promessas – confundir para dividir, dividir para dominar: assim age o capitalismo verde. Pois

em Sena Madureira, assim como antes em Xapuri, os povos das florestas mostram o antídoto a estes ataques: união para resistir, resistir para libertar.

Como que para ressaltar a importância deste encontro, enquanto ocorria o diálogo em Sena Madureira, as empresas de aviação se reuniam em Montreal, Canadá, para discutir tais medidas de “compensação”, que em nada diminuem os níveis de poluição e ainda causam violações de direitos nos territórios onde agem. A expansão de aeroportos no mundo e da indústria aeroviária, altamente poluente, também foi criticada, e é exemplo de como funciona a lógica da “compensação”: há violações de direitos em uma ponta e na outra, enquanto as empresas mantêm seu “discurso verde”, como se de fato enfrentassem os problemas que elas próprias causam. Em Porto Alegre, por exemplo, a Fraport, empresa alemã que opera o aeroporto local, pretende expulsar a Vila Nazaré, que está há 60 anos na região, para que possa estender a pista de pouso por mais umas centenas de metros. A expulsão das pessoas, como de praxe, ocorre de maneira violenta e arbitrária, sem nenhuma transparência no processo – contra o que a comunidade da Vila Nazaré resiste.

De um lado uma comunidade sendo expulsa de sua terra para a expansão de um aeroporto; do outro, populações perdendo o direito a seu território devido aos projetos de “compensação”; no meio, uma lógica destrutiva, que ataca as comunidades nas florestas e nas cidades, e contra a qual estes povos se levantam.

Leia abaixo a íntegra do documento construído no encontro em Sena Madureira, Acre, do qual participaram indígenas Apurinã, Huni Kui, Jaminawa, Nawa, Nukini, Jamamadi, Manchineri, Ashaninka do Envira e Yawanawa, representantes de comunidades tradicionais do interior do Acre, seringueiros e seringueiras de Xapuri, além de organizações como Amigos da Terra Brasil, Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM, da sigla em inglês).

## **Declaração de Sena Madureira, 17 de junho de 2018**

Nós, moradores da floresta, seringueiras e seringueiros, indígenas presentes Apurinã, Huni Kui, Jaminawa, Nawa, Nukini, Jamamadi, Manchineri, Ashaninka do Envira, Yawanawa, integrantes de organizações solidárias provenientes de diversos estados do Brasil – como Acre, Amazonas, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Rondônia, professores e professoras de universidades, reunidos em Sena Madureira, Acre – terras ancestrais do povo Jaminawa – para o “IV Encontro de Formação e Articulação dos Povos das Florestas no Enfrentamento das Falsas Soluções”, no período de 15 a 17 de junho de 2018, declaramos:

– Reforçamos as demandas e denúncias da Declaração de Xapuri, em especial o repúdio às falsas soluções do capitalismo verde, tais como o REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), o PSA (Pagamento por Serviços Ambientais), a exploração madeireira, travestida de manejo florestal, assim como qualquer medida de “compensação” climática ou ambiental por meio da compra de créditos de poluição ou similares;

– Comprometidos com a Declaração de Xapuri, levamos adiante o espírito de união entre os povos e de enfrentamento às “soluções” dadas pelo capitalismo às crises que ele próprio causa;

– A retomada e ocupação Jaminawa de seus territórios ancestrais – Cayapucã, São Paulino e Caieté – nos dá exemplo desta força de união e de enfrentamento aos ataques do poder capitalista contra os povos. Esta conquista revigora e dá forças para que cada um de nós, comunidades, povos e organizações presentes, leve nossa luta comum adiante;

– Enfatizamos a importância das palavras do Papa Francisco na Encíclica Laudato-Si (parágrafo 171): “A estratégia de compra-venda de ‘créditos de emissão’ pode levar a uma nova forma de especulação, que não ajudaria a reduzir a emissão global de gases poluentes. Este sistema parece ser uma solução rápida e fácil, com a aparência dum certo compromisso com o meio ambiente, mas que não implica de forma alguma uma mudança radical à altura das circunstâncias. Pelo contrário, pode tornar-se um diversivo que permite sustentar o consumo excessivo de alguns países e sectores”.

– Da mesma forma, ressaltamos a condenação às medidas de financeirização da natureza contidas no parágrafo 11 da Declaração da Aliança dos Guardiões e Filhos da Mãe Terra (de 28 de novembro de 2015), que diz, a respeito das áreas de floresta primária do planeta que estão tradicionalmente sob os cuidados de povos indígenas: “Estes ecossistemas não devem ser utilizados no contexto de um mercado de carbono que quantifica e transforma a Mãe Terra em mercadoria, nem servir de pagamento para serviços ecossistêmicos, para o comércio de carbono, para as compensações de carbono, para as tarificações de carbono, para os Mecanismos de Redução de emissões decorrentes do desmatamento e da degradação de florestas (REDD), para os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), ou para mecanismos de compensação da biodiversidade e de financeirização da natureza, transformando-a em ‘partes’ à venda nos mercados financeiros”.

– Rejeitamos o programa REM (REDD Early Movers – “Pioneiros do REDD”, em português), financiado pelo banco público alemão KfW, que induz as comunidades a aceitarem a lógica do capitalismo verde e usa o estado do Acre, indevidamente, como exemplo de “sucesso” em desenvolvimento sustentável. Na verdade, o programa divide as comunidades e ameaça a autonomia dos povos sobre o uso da terra em seus próprios territórios, colocando em risco sua soberania alimentar e seus costumes e saberes tradicionais. Estes mesmos problemas podem acontecer no Mato Grosso, estado no qual recentemente o programa vem sendo implementado;

– Além disso, o dinheiro proveniente destes projetos não responde aos anseios e necessidades das populações originárias e tradicionais, como, por exemplo, a demarcação das terras indígenas e regularização fundiária dos pequenos agricultores e agricultoras de áreas atingidas por medidas de capitalismo verde. Ainda hoje não há transparência sobre como tais recursos são aplicados, como já havíamos denunciado na Declaração de Xapuri. Cobramos do Ministério Público Federal que exija a prestação de contas dos projetos;

– Desautorizamos qualquer política construída dentro de gabinetes sem a

devida consulta prévia (em acordo com a Convenção 169 da OIT) e participação das populações indígenas e tradicionais. Qualquer definição de medidas que concernem estas populações deve partir da base, de dentro das comunidades;

– Prestamos solidariedade aos povos de todos os estados do Brasil e dos países do sul global que sofrem estas mesmas violências do capitalismo verde; apelamos aos povos dos países do norte para que não caiam nas artimanhas do “discurso verde” de empresas, governos e ONGs e questionem as aplicações financeiras tais como do programa REM e do Fundo Amazônia, entre outros;

– Repudiamos veementemente a perseguição, difamação e criminalização de defensoras e defensores dos territórios, que tem a coragem de se manifestar e denunciar os ataques dos promotores do capitalismo verde.

Por fim, fortalecidos pelo intercâmbio de experiências entre os mais variados povos durante estes três dias, seguimos com a cabeça erguida e crenças que, unidos, temos plenas condições de lutar contra as falsas soluções do capitalismo verde e de construir formas alternativas de vida sustentável a partir dos territórios, respeitando a pluralidade dos povos. Convidamos todos os povos das florestas e comunidades que sofrem as violações deste sistema desumano e predatório para seguirmos juntos, caminho através do qual será possível superar a lógica destrutiva do capital.

[Leia este artigo online](#)

[Índice](#)

# Brasil: Povos Indígenas do Acre declaram sua rejeição às políticas de REDD e seu apoio ao CIMI

Povos Indígenas do Acre, no Brasil, declaram sua rejeição às políticas de REDD e seu apoio ao trabalho realizado pela organização Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Feijo, Estado do Acre, Brasil, 28 de setembro de 2017.

## Carta de repúdio e solicitação de esclarecimento

Nós povos indígenas de quatro povos das diferentes etnias, Shanenawa, Huni Kui, Ashaninka e Madiha, em parceria com Colonheiros, Seringueiros e Ribeirinhos do alto e baixo Rio Envira, junto também com as comunidades do Rio Jurupari: Santo Antônio, Paumaripé e Valparaíso, Associação MASSIPIRA e Novo Oriente, ramais e BR, reunidos em Feijó nos dias 27 e 28 de setembro de 2017; repudiamos a “Carta aberta em resposta às declarações sobre o SISA, REDD+ e povos indígenas no acre” de acusação e perseguição, publicada no dia 31 de julho, no site da CPI Acre, contra o CIMI.

Declaramos que somos extremamente gratos pelos seus trabalhos prestados aos povos e comunidades indígenas, no entanto repudiamos quaisquer atos realizados contra o bem dos povos indígenas levando em conta que temos ciência do trabalho transparente do CIMI referente às questões indígenas do Rio Envira e de todo o Brasil.

Mediante toda a burocracia brasileira, nós povos indígenas e demais comunidades tradicionais exigimos respeito pela nossa originalidade, humildade e sabedoria de reconhecer o verdadeiro valor da Amazônia para nossas vidas, no qual é de extrema necessidade que todo o mundo saiba que nós povos indígenas éramos muito felizes antes da chegada dos portugueses no nosso país originário, Brasil, esclarecemos que temos ciência que temos muitos direitos como temos deveres, só precisam ser praticados, no entanto sabemos que só precisamos fazer com que tudo ocorra com transparência e honestidade.

Nós povos indígenas, exigimos às prestações de contas de todos e quaisquer que sejam os recursos destinados às nossas comunidades indígenas e ribeirinhas, no intuito de melhorar as relações entre governantes e suas bases.

Nóssomos os maiores preservadores da vida humana por preservarmos naturalmente o meio ambiente, temos ciência que tudo o que precisamos para sobreviver em harmonia com nossas famílias são que nossas terras sejam demarcadas para plantar e colher nossos alimentos tradicionais, e que nossos governantes trabalhem com transparência referente às questões indígenas, reconhecemos que a falta de honestidade já vem desde época que Pedro Alvarez Cabral trocava ouro por um pedaço de espelho, desde então nossos governantes perderam a verdadeira essência de como governar um povo com honestidade e transparência com as práticas de boa fé.

Feijo, 28 de setembro de 2017

## Moção de repúdio e solidariedade frente a ameaças às lideranças no Acre

Mais de 80 organizações e indivíduos do mundo inteiro mandaram a carta abaixo para autoridades no Brasil, Alemanha e Califórnia/EUA, repudiando “toda e qualquer tentativa de intimidar ou censurar as pessoas e organizações que criticam e se opõem às políticas ambientais e climáticas que vêm sendo implementadas pelo governo do Acre”.

Essas tentativas se intensificaram depois da realização em Xapuri no Acre do Encontro “Os efeitos das políticas ambientais/climáticas para as populações tradicionais”. Na [Declaração de Xapuri](#), os participantes do referido Encontro denunciaram os acordos negociados pelo governo do Acre com outros países. O principal exemplo é o acordo com o banco Alemão KfW que já repassou EUR 25 milhões para o governo do Acre, sem que haja transparência na aplicação destes recursos perante as comunidades no Acre que dependem da floresta e perante a sociedade como toda. Tentativas estão em curso para negociar outros acordos com, por exemplo, o governo da Califórnia para que possa, segundo afirma a declaração de Xapuri, legitimar “a continuidade e expansão de um modelo social e ambientalmente destrutivo”. Este modelo, no caso da Califórnia, afeta, sobretudo, as comunidades mais vulneráveis em torno das instalações industriais da Califórnia como as dezenas de refinarias de petróleo. As políticas implementadas no Acre também beneficiam o capital privado de madeireiros e fazendeiros enquanto implicam em restrições aos modos de vida das populações indígenas e seringueiras e não contribuem para a regularização das terras indígenas ainda não demarcadas no Acre.

No final da carta, as organizações e indivíduos reafirmam sua “solidariedade com todos e todas que sofrem ameaças ou represálias em consequência da firmeza de seu posicionamento político em defesa dos seus territórios contra a exploração incessante do capital: vocês não estão sozinhos!”.

03 de agosto de 2017.

Tião Viana Governador do Acre  
gabinete.governador@ac.gov.br

Dr. Torquato Lorena Jardim, Ministro da Justiça e Segurança Pública  
assessoria.ministro@mj.gov.br; marcelo.varella@mj.gov.br;  
gracioneide.rodrigues@mj.gov.br

Franklimberg Ribeiro de Freitas, Presidente da FUNAI-BSB  
presidencia@funai.gov.br

Ministério Público Federal-Acre  
atendimento.cidadao@mpf.mp.br

6a Camara de Coordenação e Revisão do MPF-Brasilia  
6ccr@mpf.mp.br

Christiane Ehringhaus, KFW – programa REDD Early Movers Christiane.ehringhaus@kfw.de

Jerry Brown, Governor of the State of California  
Fax: + 1 – (916) – 558-3160

Mary Nichols, Chair California Air Resources Board  
mnichols@arb.ca.gov  
cc: Floyd Vergara, Chief Industrial Strategies Division, floyd.vergara@arb.ca.gov cc:  
Rajinder Sahota, Assistant Division Chief Cap-and-Trade Program  
cc: Industrial Strategies Division, rajinder.sahota@arb.ca.gov  
cc: Jason Gray, Branch Chief Cap-and-Trade Program, jason.gray@arb.ca.gov  
cc: Veronica Eady, Assistant Executive Officer, Environmental Justice,  
Veronica.Eady@arb.ca.gov  
cc: Office of the CARB Ombudsman, ombcomm@arb.ca.gov  
cc: La Ronda Bowen, Ombudsman – ombudsman@arb.ca.gov  
Minister Dr. Gerd Müller, Federal Ministry for Economic Cooperation and Development  
(BMZ), gerd.mueller@bmz.bund.de | Cc: Lena Siciliano Brêtas, lena.bretas@bmz.bund.  
de  
Ministerin Dr. Barbara Hendricks, Bundesministerium für Umwelt, Naturschutz, Bau  
und Reaktorsicherheit (BMUB), barbara.hendricks@bundestag.de  
cc: Programmbüro Internationale Klimaschutzinitiative,  
programmbuero@programmbuero-klima.de

## Moção de repúdio e solidariedade

No período de 26 a 28 de maio do corrente, realizou-se em Xapuri no Acre, o Encontro “Os efeitos das políticas ambientais/climáticas para as populações tradicionais”. Além da publicação da [Declaração de Xapuri](#), foram divulgados também vídeos com falas de lideranças indígenas, seringueiros e outros participantes do referido evento. Desde então, muitas dessas lideranças passaram a ser pressionadas e ameaçadas pelos “donos do poder no Acre”.

Indignados com mais essa agressão aos direitos desses povos e populações que vivem nas e das florestas, nós que participamos do referido Encontro e demais apoiadores das lutas desses povos e populações da Amazônia, manifestamos nosso veemente repúdio a toda e qualquer tentativa de intimidar ou censurar as pessoas e organizações que criticam e se opõem às políticas ambientais e climáticas que vêm sendo implementadas pelo governo do Acre.

Denunciamos e repudiamos especificamente as tentativas do governo do Acre e de organizações não governamentais ligadas a ele, de difamar tais críticos, ao alegar que os questionamentos por eles articulados inviabilizariam a chegada de recursos que poderiam beneficiar povos das florestas no Acre. Sabemos que

o governo possui suficientes recursos para resguardar os direitos e atender os legítimos interesses dos povos indígenas e comunidades locais. Não há necessidade de colocar o futuro destes povos e comunidades em risco através de projetos questionáveis e nebulosos. O governo deveria agir com transparência acerca da aplicação dos recursos que já recebeu através de tais projetos e com isto revelaria quem são seus verdadeiros beneficiários.

Exigimos que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) pare de intimidar funcionários que participam nestas discussões e articulações da sociedade civil. Exigimos ainda, que a FUNAI cumpra sua missão, que consiste em proteger e promover os direitos dos povos indígenas. Com tais intimidações, a FUNAI fere mais uma vez os direitos à livre expressão destes povos.

Entendemos que, na medida em que a falência do modelo subjacente das políticas e dos projetos ambientais e climáticos em questão se torna óbvia, sua defesa por parte daqueles que tem seus interesses particulares entrelaçados com tais políticas e projetos tende a se tornar cada vez mais repressiva e violenta. Como já disse o filósofo Paul Valery: quem não pode atacar o argumento, ataca o argumentador.

Não podemos tolerar a continuidade desses ataques! Por isso, reiteramos o nosso apoio à Declaração de Xapuri. Reafirmamos nossa solidariedade com todos e todas que sofrem ameaças ou represálias em consequência da firmeza de seu posicionamento político em defesa dos seus territórios contra a exploração incessante do capital: vocês não estão sozinhos!

Rettet den Regenwald e. V.; Alemanha  
 Forum Ökologie & Papier; Alemanha  
 Down to Earth Consult; Alemanha  
 Amigos de la Tierra Argentina; Argentina  
 Friends of the Earth Australia; Australia  
 Red de Comunicaciones Indigenas Apachita;  
 Bolivia  
 Center for Environment from Bosnia and  
 Herzegovina; Bosnia  
 Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Brasil  
 Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social; Brasil  
 Equipo Itinerante Manaus y Equipo Itinerante  
 BOLPEBRA; Brasil  
 Instituto Agrario de Chimoio-Manica; Brasil  
 Associação Movimento Paulo Jackson – Ética,  
 Justiça, Cidadania (Bahia); Brasil  
 Articulação Antinuclear Brasileira; Brasil  
 Comissão Paroquial de Meio Ambiente de Caetité  
 (Caetité – Bahia); Brasil  
 FASE Bahia; Brasil  
 Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará –  
 CEDENPA; Brasil  
 Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical  
 e Popular – CEPASP; Brasil  
 Coordenação nacional de articulação das  
 comunidades negras rural quilombolas (CONAQ);

Brasil  
 CDDH Marçal de Souza Tupã-i; Brasil  
 Comissão Pastoral da Terra – CPT-Nacional;  
 Brasil  
 Terra de Direitos; Brasil  
 Conselho de gestão kaapor; Brasil  
 Aliança RECOs – Redes de Cooperação  
 Comunitária Sem Fronteiras; Brasil  
 Movimento Mulheres pela P@Z!; Brasil  
 INSTITUTO AMAZÔNIA SOLIDÁRIA (IAMAS);  
 Brasil  
 Pastoral nacional da Mulher Marginalizada – SP;  
 Brasil  
 Justiça Global; Brasil  
 Fórum de Direitos Humanos e da Terra MT; Brasil  
 Centro Burnier Fé e Justiça; Brasil  
 O Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA;  
 Brasil  
 FAMOC – Federação das Associações de  
 Moradores de Cariacica; Brasil  
 O Instituto Madeira Vivo; Brasil  
 Aliança dos Rios Panamazônicos; Brasil  
 Aliança dos 4 Rios da Amazonia: Madeira, Teles  
 Pires, Tapajós e Xingu; Brasil  
 Núcleo de Pesquisa Estado, Sociedade e  
 Desenvolvimento na Brasil

Amazônia Ocidental (NUPESDAO-UFAC)  
Amigos da Terra Brasil; Brasil  
Combate Racismo Ambiental; Brasil  
Red de Accion por los Derechos Ambientales (RADA); Chile  
Censat Agua Viva, Amigos de la Tierra Colombia  
COECOCEIBA; Amigos de la Tierra Costa Rica  
Costa Rica  
Red de Coordinación en Biodiversidad; Costa Rica  
Asociación Conservacionista YISKI; Costa Rica  
Accion Ecologica de Ecuador  
Cesta – Amigos de la Tierra; El Salvador  
Salva la Selva; España  
Asociación galega Cova Crea; España  
Ecologistas en Acción; España  
Friends of the Earth – US Eua  
Clean Energy Alliance; Eua  
Global Justice Ecology Project; Eua  
Indigenous Environmental Network; Eua  
WilderUtopia; Eua  
The Environmental Justice Coalition for Water; Eua  
Physicians for Social Responsibility; Los Angeles; Eua  
Oakland Climate Action Coalition; Eua  
New Wind Association; Finlandia  
Emmaus Aurinkotehdas ry; Finlandia  
Friends of the Earth Finland; Finlandia  
Organización Fraternal Negra Hondureña  
OFRANEH; Honduras  
Clifton Justice and Peace Commission; Inglaterra  
Amigos de la Tierra Internacional; Internacional  
World Rainforest Movement; Internacional  
Consumers' Association of Penang (CAP); Malasia  
Borneo Project; Malasia  
Movimiento Mesoamericano contra el Modelo extractivo Minero – M4; México  
Otros Mundos A.C./Amigos de la Tierra México  
Medio Ambiente y Sociedad, A.C.; México  
U Yits Ka'an, La Escuela de Agricultura Ecológica de Maní Yucatán; México  
Organización Campesina de Producción Por Un

Mundo Mejor OCPMM; México  
Justica Ambiental/FOE; Moçambique  
Human Rights Organization of Nepal (HURON); Nepal  
Social Action;Nigeria  
Health of Mother Earth Foundation (HOMEF); Nigeria  
Colectivo Voces Ecológicas COVEC; Panamá  
Lucha indígena; Peru  
The Corner House; Reino Unido  
EcoNexus; Reino Unido  
(And more)

[Leia a lista completa online](#)

## Declaração de Xapuri, 28 de maio de 2017

Por Daniel Santini – Fundação Rosa Luxemburgo

**Em encontro em Xapuri, no Acre, povos da floresta criticam políticas de economia verde e demonstram preocupação com novos acordos discutidos entre o governo e a indústria de aviação. Em declaração conjunta, exigem demarcação e reconhecimento de territórios e direitos.**

Praticamente ao mesmo tempo em que, em Rio Branco, capital do Acre, empresários e representantes do governo estadual realizaram um encontro para discutir novas fórmulas para compensação do aumento da emissão de poluentes, em Xapuri, cidade de Chico Mendes, representantes de cinco povos indígenas e de comunidades que vivem e trabalham na floresta, apresentaram denúncias de impactos de projetos de economia verde. O Acre é considerado um laboratório para implementação de políticas baseadas na ideia de que é possível compensar poluição gerada em determinadas regiões com a manutenção de florestas em outras regiões.

Em Rio Branco, o encontro foi realizado dias 25 e 26 de maio no Auditório da Procuradoria Geral do Estado, e teve como principal tema a possibilidade de implementação do esquema “Compensação e Redução de Carbono para a Aviação Internacional”, conhecido como Corsia. Apesar de o nome mencionar redução, o mecanismo em discussão não prevê uma diminuição das emissões dos aviões. Pelo contrário, trata-se de uma alternativa defendida pela Organização da Aviação Civil Internacional (Oaci) para justificar aumento da poluição em troca do não-desmatamento de florestas. Tais mecanismos preveem restrições às comunidades tradicionais, como limitações para práticas de agricultura, pesca, caça e uso de bens florestais. O encontro foi realizado pelo grupo de trabalho Offsets de Carbono Florestal do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e contou com a participação do senador Jorge Viana (PT-AC), presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas no Congresso Nacional.

Em Xapuri, o evento ocorreu de 26 a 28 de maio com boa parte das discussões realizadas embaixo de árvores do quintal de uma pousada local. Intitulado “Os efeitos das políticas ambientais/climáticas para as populações tradicionais”, o encontro reuniu indígenas Apurinã, Huni Kui, Jaminawa, Manchineri e Shawadawa, e representantes de comunidades tradicionais do interior do Acre, além de seringueiros e seringueiras de Xapuri. Frente aos projetos governamentais, marcados pela pouca participação social e transparência, os participantes denunciaram o que chamam de colonialismo climático. Foram criticadas as limitações dos modelos que tentam mensurar impactos ambientais a partir de estimativas de concentração de carbono e de previsões sobre desmatamento, e questionado o real impacto ambiental das atividades e modos de vida dos diferentes povos da floresta.

Os presentes também defenderam o uso “créditos de poluição” em vez de “créditos de carbono”, termo utilizado nos mercados de compra e venda de poluentes estabelecidos com base em projetos de tipo REDD+ (Redução de Emissões por

Desmatamento e Degradação Evitados). Em vez de políticas fundamentadas em restrições ao modo de vida dos povos tradicionais, os participantes defenderam que seja alterado o modelo político-econômico de ocupação da região, com suspensão dos generosos financiamentos públicos para expansão da agropecuária, e projetos de manejo industrial de florestas e monocultivo de árvores.

## **Neoaviamento**

Em meio à discussões sobre as propostas de novas políticas para o Acre, estado considerado chave para a expansão de políticas de economia verde, houve espaço para denúncias sobre invasões de terras indígenas, agravadas por políticas públicas desastrosas, muitas das quais com apoio internacional, e relatos de violações de direitos e territórios. As denúncias, que indicam a necessidade de maior presença e atenção do poder público em áreas de difícil acesso, foram apresentadas em rodas de conversa, com momentos para danças e cantos dos diferentes povos da região.

Os debates resultaram em um documento conjunto, intitulado Declaração de Xapuri. O encontro foi uma continuidade do trabalho de observação e denúncia de impactos da economia verde no Acre. Em 2013, a Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente, da Plataforma de Direitos Humanos-Dhesca Brasil, publicou o relatório Economia Verde, Povos das Florestas e Territórios: violações de direitos no Estado do Acre, que denunciou, entre outros, sobre três projetos de REDD no estado. Em 2016, novas inspeções resultaram em outras denúncias envolvendo agências de cooperação internacional alemã.

O evento em Xapuri foi realizado com apoio das organizações Amigos da Terra Internacional, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Fundação Rosa Luxemburgo e Movimento Mundial pelas Florestas Mundiais (WRM, da sigla em inglês).

## **Declaração de Xapuri, 28 de maio de 2017**

Nós, moradores da floresta, seringueiras e seringueiros, indígenas Apurinã, Huni Kui, Jaminawa, Manchineri, Shawadawa, integrantes de organizações solidárias e Equipe Itinerante, professores e professoras de diferentes universidades, reunidos em Xapuri, no período de 26 a 28 de maio de 2017, no encontro “Os efeitos das políticas ambientais/climáticas para as populações tradicionais”, declaramos:

– Que, neste momento de retomada, estamos unindo as lutas dos povos indígenas e seringueiros em uma mesma causa. Nossa união é nossa principal arma de ação contra o capital.

– Que, cientes da história de resistência dos povos da floresta e do legado de Chico Mendes, nos manteremos firmes na defesa de nossos territórios. Assim como os que nos antecederam, seguiremos nos opondo às tentativas de expropriação de

nossos modos de vida. Exigimos a demarcação e reconhecimento de nossos direitos a terra e território.

– Rejeição às iniciativas em curso materializadas em políticas que têm como objetivo entregar nossos territórios a grupos de capital privado, entre os quais fazendeiros e madeireiros. Manifestamos preocupação com a falta de transparência e maneira como diferentes mecanismos têm sido apresentados, incluindo pagamentos por serviços ambientais como REDD e suas variáveis, planos de manejo florestal insustentáveis, e mecanismos previstos no novo Código Florestal, muitos dos quais impostos por meio de intimidação, chantagem, negociações marcadas por estelionatos e má fé.

– Nossa indignação com as falsas soluções, que legitimam a continuidade e expansão de um modelo social e ambientalmente destrutivo. Rejeitamos as iniciativas voltadas para compensar a poluição. Não aceitamos os mecanismos baseados em restrições aos nossos modos de vida, e manifestamos solidariedade em relação às populações que vivem nas áreas contaminadas pelas empresas que buscam compensação. Somos solidários e estamos juntos das pessoas de outros países que vivem nas áreas impactadas pela poluição gerada por empresas destrutivas. Ninguém deve viver em áreas envenenadas, é hora de pôr fim a todo tipo de racismo, incluindo o ambiental.

– Que estamos sendo lesados pelos acordos pactuados e negociatas feitas entre o governo do Acre e outros estados e países em benefício de corporações ávidas por créditos de poluição, entre as quais petroleiras, mineradoras, madeireiras e empresas do agronegócio. Manifestamos preocupação com as conversas em curso sobre compensação de emissões da aviação através da Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação de Florestas Tropicais, os chamados mecanismos REDD. Nos recusamos a usar o termo crédito de carbono, entendendo que são na verdade créditos de poluição, que agravam em vez de solucionar o problema. Rejeitamos toda e qualquer forma de colonialismo climático.

– Solidariedade total com as mulheres e homens que, forçados a cumprir prerrogativas impossíveis, acabam multados, criminalizados, endividados, sem condições de manter seus modos de vida, presos em esquemas que remetem às práticas de aviamento e barracão, incluindo escravidão por dívida. Manifestamos solidariedade também com os moradores do seringal Valparaíso e Russas, que, coagidos a se submeterem a um projeto de REDD, sofrem ameaças de expropriação das terras que são deles por direito.

– Solidariedade à comunidade nativa Nova Oceania, do Alto Rio Tauhamanu, no município Ibéria, no Peru. Nossos irmãos e irmãs Pyru Yini e outros grupos em isolamento enfrentam o avanço do desmatamento, impulsionado por concessões madeireiras, que contam com participação direta de empresários acreanos e outros. São grupos envolvidos em projetos de REDD, que, ao mesmo tempo que costumam

acordos internacionais com apoio das autoridades brasileiras, mantém práticas predatórias. Compartilhamos a denúncia que uma aldeia foi destruída com 18 casas incendiadas em julho de 2014, sem absolutamente nenhuma providência por parte das autoridades, em um episódio manchado pela impunidade.

– Conclamamos outros povos, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, a recusar esse padrão destrutivo, marcado pela desigualdade e pela violação dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Reiteramos nossa unidade na luta e disposição de resistir até o fim. Chico Mendes vive, não nas ações de marketing governamental, mas sim na luta dos povos da floresta.

[Leia este artigo online](#)

[Índice](#)

## **Brasil: Carta Pública do Acre/Brasil denuncia “consulta” sobre REDD+ na Califórnia**

Grupos e indivíduos do estado do Acre e outros estados do Brasil enviaram este mês uma carta-denúncia aberta ao governador da Califórnia e, também, a um Grupo de Trabalho (GT) sobre REDD+ da Califórnia. A carta denuncia a ilegitimidade de uma consulta através de três oficinas na Califórnia e outra feita pela internet, tudo em inglês, sobre a forma e as condições como deveriam ser incluídos créditos REDD+ – principalmente do Acre – no mercado de carbono que está sendo criado na Califórnia. Depois do dia 30 de abril de 2013, o GT afirma que encaminhará seu parecer ao governo da Califórnia, dando por encerrada a “consulta”.

A iniciativa na Califórnia em torno do REDD+ é resultado de um acordo que foi assinado em 2010 entre os governadores da Califórnia (EUA), do Acre (Brasil) e de Chiapas (México) com o objetivo de concretizar negócios com REDD+, tendo Acre e Chiapas como estados que estariam “fornecendo” os créditos de carbono enquanto a indústria poluidora da Califórnia se beneficia destes créditos, comprando o “direito” de continuar poluindo.

A carta do Acre/Brasil denuncia em primeiro lugar que se trata de um processo ilegítimo: “Nós, organizações e ativistas do Acre e do Brasil, (...), denunciemos a proposta do governo do estado da Califórnia, nos EUA, de querer “reduzir” suas emissões de CO<sub>2</sub> com a “aquisição” de créditos REDD+ dos estados do Acre e de Chiapas, em vez de fazer essa “redução” na própria Califórnia. Somos contrários a essa proposta e denunciemos o processo de “consulta” em curso sobre este tema na Califórnia, porque ele carece de legitimidade pela falta de participação efetiva das populações do Acre e de Chiapas que dependem das florestas para manter seu modo de vida, e que serão diretamente afetadas pela proposta de REDD+ da Califórnia.

Além disso, a carta pública mostra que a imagem verde do Acre no mundo, como exemplo avançado de “sustentabilidade” e de como realizar o REDD+ em áreas de florestas tropicais – construída inclusive a partir da imagem e dos ideais de Chico Mendes – não corresponde à realidade, ao contrário. A carta diz que “o REDD+ não será capaz de reduzir as emissões de carbono no mundo e muito menos a destruição da floresta; aprofunda injustiças sociais e ambientais existentes; criminaliza práticas tradicionais das populações/povos/comunidades da floresta e tem um caráter profundamente neocolonial”.

A Carta sugere que o governo da Califórnia anule o processo ilegítimo de consulta que está em curso, “..caso não faça, a curto prazo, uma ampla consulta aos afetados nos territórios de onde pretende obter os créditos REDD.”

A Carta recebeu uma moção de apoio de um grupo de organizações internacionais que afirmam que: “Decisões em relação à legislação ou programas de REDD+ já estão causando ou causarão impactos no modo de vida de populações da floresta. Dado que nem no processo REDD+ no Acre e tampouco durante a elaboração de recomendações ao governo da Califórnia sobre o assunto houve a

necessária participação significativa dessas populações, exigimos que não sejam incluídos créditos de “compensação” REDD+ no esquema de comércio de carbono da Califórnia”, completando que “compartilhamos também as outras preocupações sobre o mecanismo REDD+ e apoiamos a demanda da Carta Aberta, de que Califórnia não deveria incluir créditos de “compensação” REDD+ do Acre no seu esquema de comércio de carbono e deveria fazer esforços para reduzir suas emissões na própria Califórnia”.

A carta-denúncia pública e a moção de apoio podem ser lidas na íntegra em português, enquanto também uma carta de rejeição a REDD desde Chiapas foi enviada para as autoridades na Califórnia

Veja [Acre-Solidarity Open Letter](#) e [Open Letter](#).

[Leia este artigo online](#)

[Índice](#)



1. Moradores de Tres Bocas, Acre, Brasil. 2. Projeto Valparaíso. 3. Rio Purus. Ph: Verena Glass (FRL)

## 4. Leituras adicionais

### **Aviação e falsas soluções: a farsa do projeto de REDD “Florestal Santa Maria”, no Mato Grosso, Brasil**

Este projeto de REDD cobre quase 70.000 hectares e vendeu créditos de carbono a programas de compensação divulgados por, pelo menos, duas companhias aéreas: Delta Airlines e TAP. Porém, detrás dele se esconde um aumento no desmatamento na região e um histórico de concentração de terras, uso de certificações que não valem mais e promessas não cumpridas às comunidades locais.

### **Continuação da destruição de florestas e biodiversidade no estado do Acre, considerado um modelo da “Economia Verde” na Amazônia brasileira**

### **Vozes das comunidades locais no Acre denunciam violações no manejo florestal sustentável com base na comunidade**

### **Povos e territórios florestais: violações de direitos no Acre, Brasil**

### **REDD: Uma coleção de conflitos, contradições e mentiras**

### **Acre, Brasil: Uma história de desmatamento, redução de desmatamento e, agora, REDD**

### **REDD+: O mercado de carbono e cooperação Califórnia-Acre-Chiapas: Legalizando mecanismos de desapropriação, Amigos da Terra Internacional, 2017**

### **Mais artigos do Boletim do WRM sobre o REDD+**

O REDD passa das florestas às paisagens: mais do mesmo, apenas maior e com mais risco de causar danos | Boletim 204, Agosto 2014.

“Paisagens Florestais Sustentáveis”: uma nova fronteira para a mercantilização da natureza | Boletim 198, Fevereiro 2014.

**Nigéria.** Florestas para quem pagar mais na Nigéria: como o REDD se revela incapaz de conter o desmatamento | Boletim 222, Março 2016 .

**Nigéria.** A troca desigual e perversa entre a Nigéria e potências empresariais colonialistas: dos combustíveis fósseis às plantações industriais de dendezeiros e o REDD | Boletim 196, Dezembro 2013.

**Indonésia.** O projeto de REDD Ulu Masen da Indonésia: é como vender ar  
Boletim 202, Junho 2014.

**México.** Selva Lacandona: Movimento REDDeldía dos Montes Azules  
Boletim 201, Maio 2014.

**Peru.** Mascarando a destruição: REDD+ na Amazônia peruana  
Boletim 208, Dezembro 2014.

**Peru:** O REDD+ coloca a floresta amazônica e a biodiversidade a serviço do  
mercado financeiro | Boletim 190, Maio 2013.

### **Sobre o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)**

O Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) é uma iniciativa internacional criada em 1986 por ativistas de diferentes países para facilitar, apoiar y reforçar a luta contra o desmatamento e concentração de terras em países com florestas e comunidades dependentes de florestas. Com uma visão sensível à questão de gênero, seu objetivo é contribuir com as comunidades que lutam para garantir o acesso e o controle sobre suas terras, suas florestas, e seus meios de subsistência. O WRM apoia iniciativas que defendem as florestas e as comunidades dependentes da florestas das ameaças da exploração comercial de madeira, barragens, mineração, plantações de árvores, fazendas de camarão, agronegócio, e outros projectos de preservação da floresta, como REDD+ e outros projectos de compensação que fazem parte da crescente tendência a mercantilizar a natureza.

### **Sobre o Boletim do WRM**

O boletim eletrônico do WRM pretende ser uma ferramenta para apoiar as lutas dos povos que defendem suas terras e florestas, e para dar visibilidade às vozes de muitas lutas de resistência. O boletim tem como objetivo informar e alertar sobre iniciativas florestais internacionais que possam ameaçar e ter impactos sobre os povos e outras populações que dependem das florestas. É publicado desde 1997, e atualmente é distribuído em quatro idiomas: espanhol, inglês, francês e português.

Se quiser receber o Boletim do WRM, assine aqui: <http://eepurl.com/7RJYL>

A assinatura é gratuita.



### **Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)**

Avenida General María Paz 1615, sala 3

11400 Montevideu - Uruguai

Telefone / Fax: +598 2605 69 43 | Email: [wrm@wrm.org.uy](mailto:wrm@wrm.org.uy)

[www.wrm.org.uy/pt](http://www.wrm.org.uy/pt)